

ACTA N°4/2012

Aprovada em 27 de Junho de 2012

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA EM VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E DOZE

No dia vinte e sete de Junho de dois mil e doze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a terceira sessão ordinária de 2012 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**
- Ponto 2 - Plano Diretor Municipal - 4ª alteração;**
- Ponto 3 - 2ª Revisão Orçamental dos SMTUC - retificação de deliberação;**
- Ponto 4 - Aquisição de gasóleo ao abrigo do acordo quadro ANCP 2.2 – combustíveis rodoviários a granel - Procedimento nº 1260/2012 – SMTUC;**
- Ponto 5 – SMTUC - assunção de compromissos plurianuais – autorização prévia genérica da Assembleia Municipal;**
- Ponto 6 - AC - Águas de Coimbra, E.M. - isenção de IMI;**
- Ponto 7 - Parque Tecnológico de Coimbra - 2ª.Fase - declaração de utilidade pública;**
- Ponto 8 - Prémio Edmundo de Bettencourt (Canção de Coimbra) – novo regulamento;**
- Ponto 9 - Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade;**
- Ponto 10 - Regulamento da Venda Ambulante do Município de Coimbra;**
- Ponto 11 - Regulamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem do Município de Coimbra;**
- Ponto 12 - Regulamento de Tabela de Taxas Municipais;**
- Ponto 13 - Concurso público para atribuição de direito de exploração de um estabelecimento de cafetaria/bar situado no troço poente da Praça da República;**
- Ponto 14 - Associação Coimbra Região Digital;**
- Ponto 15 - Aquisição da participação social detida pela CoimbraVita – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A. no Coimbra Inovação Parque – Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, S.A.;**
- Ponto 16 - Contrato de prestação de serviços de vigilância e segurança de instalações municipais – autorização de compromisso plurianual;**
- Ponto 17 - Distinções Honoríficas.**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Carlos Alberto Nunes da Silva, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Vasco Jorge Antunes da Cunha, António Moisés Geraldês da Silva, Olinda Maria Martinho Gonçalves Sousa Rio, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, José Ferros Pimentel Reis da Fonseca, Maria Helena Cavaleiro Moura Ramos, Hugo Filipe Martins Rodrigues, Fernando Jorge Soares Ferreira Neves e Júlio da Fonseca Gaudêncio.

Presidentes de Junta: Vitor Manuel Martins Costa, Carlos Miguel Matias Lopes, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Correia de Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino de Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Hélder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge Cunha Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Fernando Luís Almeida Torres Marinho, Isabel Maria Nobre Vargues, André Luís Serra de Oliveira, José Manuel Gonçalves da Silva, Carlos Rogério Antunes Pinto, André Gonçalo Dias Pereira, António José Costa Sequeira, Ana Paula Soares Pinto Bravo, Carlos da Conceição Monteiro, José Alberto de Moura e Sá e Juvenal Ribeiro de Sousa.

Faltou Justificadamente José Manuel Ferreira da Silva

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Alfredo Manuel Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Nuno Filipe Reis da Silva, Arménio Manuel Nabo Ferraz, Manuel Veloso da Costa, José Carlos Santos Clemente, Jorge Manuel Lebre da Costa Veloso, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

João Carlos Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Fonseca e Maria Isabel Silva Pimenta.

Faltou Justificadamente Fernando Jaime Alves Dias Martinho

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto Sousa Ferreira, Vitor Manuel Alves Carvalho e Firmino Vitor.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

"Pina Prata, Agora Sim":

José Manuel Torres Farinha

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara João Paulo Lima Barbosa de Melo estiveram presentes os vereadores Maria José Azevedo Santos, José António Pinto Belo, Carlos Manuel Dias Cidade e António Manuel Vilhena.

Mesa:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Francisco Figueiredo Andrade, como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida como 2ª Secretária.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Deputada municipal **Joana Margarida Alves Martins**, pelo período de 2 dias com início a 24 do corrente mês;

-Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Hugo Filipe Martins Rodrigues**.

Deputado municipal **João Francisco Lencastre Campos**, pelo período de 3 dias com início a 24 do corrente mês;

-Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Júlio da Fonseca Gaudêncio**.

Deputado municipal **Paulo Luís Cunha de Almeida**, pelo período de 2 dias com início a 25 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (CDS) (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Fernando Jorge Soares Ferreira Neves**.

Deputado municipal **Mário António dos Santos Carvalho**, pelo período de 6 dias com início a 21 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Ana Paula Soares Pinto Bravo**.

Deputado municipal **Jorge Manuel Monteiro Lemos**, pelo período de 6 dias com início a 21 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Carlos da Conceição Monteiro**.

Deputada municipal **Milene Catarina Pereira Cunha**, pelo período de 3 dias com início a 25 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **José Alberto de Moura e Sá**.

Deputada municipal **Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho**, pelo período de 3 dias com início a 25 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Juvenal Ribeiro de Sousa**.

Período Antes da Ordem do Dia:

Auditoria externa da Câmara Municipal de Coimbra

Presidente da Mesa da Assembleia abriu os trabalhos desta sessão apresentando um processo, que não estava agendado, mas que era necessário nos termos da lei clarificar a deliberação tomada em 26 de Abril última.

Para isso, já tinha falado previamente com os líderes dos grupos municipais que manifestaram a sua concordância.

Neste sentido, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em complemento da deliberação tomada por este Órgão Deliberativo em 26 de Abril último, e nos termos do art. 48.º, n.º 2, da Lei n.º 2/2007 (Lei das Finanças Locais), de 15 de Janeiro nomear a firma MRG – Roberto, Graça & Associados, SROC como adjudicatário da prestação de serviços de auditoria externa da Câmara Municipal de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

O Presidente da Junta de S. Bartolomeu dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara disse o seguinte:

“Senhor Presidente, já é tempo dos seus serviços começarem a funcionar no mínimo com a rapidez que é necessária para a resolução dos problemas dos municípios nomeadamente da freguesia de S. Bartolomeu.

É evidente que nós, dentro e em breve e nesta sessão, espero que seja rápida eu também vamos ser rápido, vão ser votados três regulamentos importantíssimos para o município de Coimbra e em particular para Baixa de Coimbra. Contudo, não se compreende que a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu em parceria com uma empresa que está a investir na Baixa de Coimbra com o nome “ Bi fá de Coimbra”.

Em abril do corrente ano mandamos um ofício a V. Ex.^a, para um projecto inovador em parceria com a freguesia de S. Bartolomeu, junta a qual tenho a honra de presidir, para fazer circular na Baixa de Coimbra uma coisa engraçadíssima, atraente aos turistas e aos nossos municípios, estou a referir-me senhor Presidente a um projecto para a instalação e circulação de charretes na Baixa de Coimbra. Estou a falar em abril de 2012 estamos no fim de junho e o único contacto que recebemos e fui eu, foi da Divisão de Trânsito do seu responsável, sobre a questão do trânsito. Daí para cá nem mais uma palavra!

Já é tempo que V. Ex.^a exija dos seus serviços o mínimo de respeito pelas entidades que querem investir nesta Cidade e querem levar Coimbra ao seu nível que é desejável na área de turismo.

A outra questão prende-se com a acessibilidade, é tema recorrente vir a esta Assembleia levantar o problema, miserabilista que existe na Praça do Comércio porque os “pinos” funcionam dia sim, dia não. Não percebo as pessoas do serviço que tem esta tutela nesta matéria fazem que no Bota Abaixo onde está a venda ambulante, está lá um equipamento que serve para atar as barracas dos vendedores ambulantes. É um equipamento garantidamente custou muito dinheiro ao Município de Coimbra poderia ser utilizado noutra artéria da cidade para impedir a acessibilidade dos automóveis aos espaços do Centro Histórico, e verifica-se efetivamente que, hoje continuamos com este problema, que é grave, e que não dignifica o Centro Histórico e em particular a Baixa de Coimbra. São estes dois reparos senhor Presidente que eu pedia a sua colaboração e ver se esta gente uma vez por todas produz qualquer coisa, em benefício do Município de Coimbra.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal Prof. Dr. Manuel Porto.

Hoje, dirijo-me a V. Ex.^a preocupado, desejando saber de que lado V. Ex.^a está. Em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex.^a que ao longo deste 11 anos que ambos temos de Assembleia Municipal sempre vi em V. Ex.^a um respeito muito grande pela minha pessoa e eu fui pagando com a mesma moeda.

Sabe V. Ex.^a que os Presidentes de Junta não andam felizes, menos feliz ando eu, quando sei que em todos os cenários a freguesia de Castelo Viegas será extinta. Freguesia que existe desde 1122 como paróquia, possuidora de elevado património, não é poupada.

Restava-me a mim e com franqueza lhe digo, saber que V. Ex.^a, regionalista convicto, não apoiava esta Reorganização da Reforma Administrativa.

Aliviava-me também o facto de saber que a sua posição era partilhada pela, se não me engano, por toda a Assembleia Municipal.

Confortava-me por isso verificar que a nível de Coimbra não tínhamos nenhum coveiro para as freguesias.

Soubemos pelos jornais que V. Ex.^a irá liderar a Comissão Técnica da Assembleia da República para a extinção das freguesias.

Portanto, ocupar o lugar do Coveiro Nacional.

As perguntas que urge fazer-lhe são:

1. Se é verdade que V. Ex.^a foi convidado e aceitou pertencer a referida Comissão?
2. Se V. Ex.^a pensa da mesma forma para a frente, ou seja, não aceitar a Reorganização Administrativa, tal qual está em cima da mesa?
3. Qual o calendário que tem estudado para a discussão desta matéria a nível da Assembleia Municipal?

Confiante de que a palavra dada é mais importante de que tudo na vida, espero de V. Ex.^a numa posição firme de um homem que me habituou a respeitar e admirar, homem integro, sério e de convicções pessoais.”

Presidente da Assembleia

Assembleia Municipal de Coimbra

Acta nº4 de 27 Junho de 2012.....Aprovada em 27 de setembro de 2012

“Agradeço muito, eu mesmo, ía dar uma explicação.

Eu não mudei nada, nada e esta alteração, não vem alterar nada no País!

Portanto, se houvesse um estudo a perguntar em quantos por cento o PIB vai aumentar, zero, e o estudo a provar que a despesa pública não diminui em nada.

A questão é esta, tendo sido convidado, como é evidente que vem nos jornais, tive duas hipóteses, ou estar dentro, e tentar alterar um o de coisas, ou estar fora e não fazer nada. Havia, de certeza, alguém que aceitasse!

Portanto há duas posições, eu tomei esta, sabendo que tinha este ónus.

De resto a minha convicção é exatamente a mesma, profundamente regionalista, o problema do País é o centralismo, e não é por aqui que se resolve o problema.

Aliás, houve aqui intervenções magníficas das quais eu compartilho, e que já sublinhei em muitos sítios, quanto ao papel insubstituível que têm as freguesias.

Portanto, é uma posição, eu poderia não ter aceite, era muito fácil e cómodo; tenho muito que fazer, não tenho vantagem nenhuma, nenhuma. Agora, tinha duas posições ou estar fora ou estar dentro.

Portanto, isto é sempre uma má desculpa mas isso está no acordo que o Governo se comprometeu com a Troika. Agora é tentar minimizar os gastos.

Que fique claro estou lá para tentar minimizar o mais possível. Esta decisão não é nossa é da Assembleia da República, isto é uma unidade meramente técnica que tentará estudar tecnicamente os problemas, mais nada.”

Intervenção da deputada municipal Olinda Rio (Por Coimbra):

“Vinha só lembrar, e uma vez que já falei neste assunto na Assembleia, e considerando que é uma mais valia para a cidade, acho que estamos todos de acordo nessa matéria, e numa época que se realizam festivais de norte a sul do país e no estrangeiro, normalmente festivais de outro tipo de actividades culturais e de outro tipo de música, festivais rock, em Coimbra temos um festival cultural que vale a pena acarinhar. Começa no dia 13 de Julho, o festival das Artes na Quinta das Lágrimas e para tal tomei a liberdade distribuir uns panfletos antes de falar e uma ficha para aqueles que entenderem se inscrever para ser amigos do festival das artes. Não tem qualquer participação e tem desconto de 50% nos bilhetes dos concertos, ...

Acho que devemos ver e acarinhar, é nesse sentido que vos peço aqueles que entenderem escrever-se como amigos.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“Em janeiro de 2009 e em março do mesmo ano, nesta mesma Assembleia perante o anunciado encerramento do jardim-de-infância da Solum, da rede pública com o injustificado pretexto da passagem do Metro Mondego e a construção do novo Centro escolar, questionámos infrutiferamente o então presidente do município, acerca dos destinos a dar ao edifício camarário. Suspeitávamos então que o município se preparava para o ceder a agentes privados com interesses na educação. Não nos enganámos, se não no destinatário, em lugar de cedência ao Jardim-escola João de Deus, foi parar à Fundação Bissaya Barreto (FBB). A Câmara descartava-se assim, de um importante estabelecimento de jardim-de-infância, numa zona de forte crescimento da Cidade, onde a procura deste tipo de oferta educativa era, e continua a ser, altamente deficitária. Na altura, denunciámos, havia uma lista de espera para o pré-escolar de mais de uma centena de crianças. Nada justificava o

encerramento e consequente eliminação de oferta pública, entregando o jardim-de-infância da Solum aos apetites da iniciativa privada. Já nem sequer pretendemos evocar a mais do que questionável legalidade do contrato de cedência sem concurso por 40 anos, renovável em períodos de mais 20, quando Carlos Encarnação, enquanto presidente do município e principal obreiro da ideia de cedência à Fundação Bissaya Barreto se terá “esquecido” que simultaneamente integrava o Grande Conselho da Fundação Bissaya Barreto, órgão consultivo de apoio ao Conselho de Administração. O que se não configurou uma ilegalidade constituiu, no mínimo, ato muito pouco transparente e eticamente reprovável. Mas o que aqui nos interessa é no essencial o mesmo que à época nos interessava. Que destino dar às instalações do Jardim-de-infância da Solum. Na altura defendemos que se deveria manter na rede pública dotando-o de refeitório, como aliás era a reivindicação da Associação de pais, melhorando a resposta educativa e aumentando a oferta neste setor, numa zona da cidade que é deficitária de cobertura pré-escolar. No mínimo colocámos a hipótese de ser aí instalada uma creche pública, que não existe em Coimbra. Ora, denunciado, ao que tudo indica, o contrato pela Fundação Bissaya Barreto, volta a estar na ordem do dia a nossa proposta de aumentar a oferta pública de educação pré-escolar. Entretanto, a Cidade viu-se injustificadamente privada de mais um equipamento educativo que tanta falta faz, numa zona que a própria Carta Educativa do Município aponta como carenciada.

Ainda sobre educação, mas agora noutro plano, voltamos à carga com a questão dos mega agrupamentos para sublinhar, agora perante factos administrativamente consumados profundamente errados e questionáveis, o absurdo das medidas tomadas que são completamente destituídas de qualquer fundamento válido seja do ponto de vista da racionalidade pedagógica, organizacional e educativa, apenas obedecendo ao princípio do calculismo economicista. Esta lógica centrípeta para além de esmagar a autonomia das escolas, fazendo tábua rasa dos seus projetos educativos, cria territórios tão vastos, distantes e diferenciados que dificilmente poderão ser geridos numa lógica de proximidade e de acompanhamento atento, diário e constante no terreno. É pois, previsível que se venha a registar um aumento de problemas de indisciplina, de abandono escolar e de insucesso que para serem atalhados exigem órgãos de gestão e administração das escolas de proximidade que conhecem os alunos, as suas famílias, os seus professores e funcionários, o que de todo será impossível de alcançar com direções burocráticas administrativamente instaladas na distante escola sede, por regra as escolas secundárias, que irão dirigir as inúmeras escolas dos mega agrupamentos pelo telefone, pelo e-mail, sempre à distância e por isso mesmo sempre muito desfasada e alheada das realidades.

Todo este brutal processo de agregação, conjugado com o aumento do número de alunos por turma, dos horários dos professores, da reorganização curricular, para além de vir agravar o desemprego profissional docente, vem deteriorar a qualidade de ensino e de aprendizagem na escola pública, pondo em causa o princípio de uma escola para todos, inclusiva e de sucesso. E isto é um assunto que sendo de dimensão nacional, também o é local e deve a todos nós preocupar. Apenas a título de exemplo qual a racionalidade de um Agrupamento que agrega a Escola Secundária Jaime Cortesão com a EB 2/3 de S. Silvestre e com a EB 2/3 Silva Gaio? Qual a identidade territorial? Qual a lógica de construção de um

projeto educativo comum e verticalizado? Qual a lógica de governabilidade deste território educativo? Que relação de proximidade é possível estabelecer com escolas tão distantes e tão diferentes? O mesmo poderá ser invocado para os restantes mega agrupamentos.

É preciso afirmar, mais uma vez, que tudo isto foi feito à revelia das várias entidades e parceiros educativos que, tendo sido ouvidos tardiamente, não foram tidos em conta. Com efeito, em Coimbra, tanto quanto sabemos todas as entidades consultadas, se pronunciaram discordando do processo de agregação das escolas. Assim aconteceu com esta Assembleia Municipal, com o Conselho Municipal da Educação, com as Juntas de Freguesia envolvidas, com os Conselhos Gerais e direções dos Agrupamentos existentes. Pelo que, teremos que concluir que nesta decisão unilateral da Direção Regional da Educação do Centro e do Ministério da Educação e Ciência, imperou a lógica da prepotência administrativa do quero, posso e mando, sem qualquer outro fundamento ou procura de racionalidade justificativa. E assim vai o governo de Portugal semeando consensos que à falta deles se transformam em imposições grosseiramente unilaterais e antidemocráticas!

A educação e a cultura são duas dimensões que se entrelaçam e interligam intimamente, daí que aproveite para referir um outro problema que muito preocupa o BE e que se prende com a asfixia de alguns dos principais agentes culturais desta cidade. Uma cidade que se pretende cidade do conhecimento e da cultura não pode ter uma política de morte assistida em relação às instituições e organismos culturais que lhe dão vida, projeção nacional e até internacional.

O município de Coimbra ganhou em 2011 o prémio da SPAutores para a melhor produção cultural autárquica. Foi lesto em acolher e fazer eco da referida menção, porém, ao que tudo indica, parece esquecer que a excelente produção cultural e artística de grupos de teatro, música, artes plásticas, fotografia, e outras só é possível, nesta cidade, como aliás, no resto do país à custa de muita dedicação de vida, sacrifício pessoal e até financeiro de muitas das pessoas que lhes dão vida, numa atitude de amor às artes, mas também de serviço público de cultura, sem o qual não seria decerto possível oferecer uma programação cultural de qualidade imprescindível em qualquer sociedade que se queira democrática, moderna, culturalmente criativa e inovadora. São as estruturas culturais que se encontram no terreno da produção e oferta cultural que constituem os verdadeiros pilares da política pública para a cultura no município e no país. São eles que habitam os teatros, dando-lhes vida e razão de ser. São elas que nos dão a conhecer o património das artes, da música, da dança, da fotografia, da literatura, mas também das diversas linguagens contemporâneas inovando e criando. Ora se assim é e se todos reconhecemos a sua incontornável importância de serviço público de relevante interesse para a cidade, para a região e para o país, então seria bom que o município, no mínimo, cumprisse as suas obrigações contratuais pagando atempadamente os subsídios devidos e inscritos nos sucessivos Orçamentos, condição essencial para assegurar as condições mínimas de sobrevivência e de continuidade da produção artística e cultural.

É certo que, a principal responsabilidade pelo atual quadro de asfixia económica que vivem, nomeadamente, as Companhias de Teatro, é essencialmente da responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura que reduziu a zero os subsídios para 2012, às estruturas de criação e produção artística e cultural.

Porém, mais uma vez, os municípios e, no caso concreto, o de Coimbra, também têm responsabilidades que não podem nem devem enjeitar. Não nos parece admissível que se pague com o atraso de um ano os subsídios contratualizados, e é isto que está a acontecer, pelo menos com algumas das estruturas de criação e produção artística da cidade.

Por fim, preocupa-nos também o problema com que se debatem as Repúblicas estudantis de Coimbra, em consequência da nova lei das rendas. Como todos saberão as Repúblicas usufruíam de um estatuto especial, mantendo contratos por tempo indeterminado e rendas congeladas. Com a nova lei as Repúblicas ficam equiparadas a micro e pequenas empresas estando sujeitas ao regime de transição de 5 anos para o novo arrendamento urbano, podendo os senhorios denunciar os contratos no final deste período, o que será a situação mais provável de vir a acontecer, dada a natural avidez para a especulação imobiliária que grassa nesta cidade. O que significa que a partir de 2017 vinte das vinte e seis Repúblicas, correm o sério risco de despejo, desaparecendo do património coletivo vivencial, pondo fim a uma existência centenária singular e identitária do património imaterial afetivo da vida académica coimbrã e da cidade.

Em sede de discussão na Assembleia da República PSD e CDS recusaram reconhecer um estatuto especial às Repúblicas, propondo limitar o valor da atualização a 1/15 do valor patrimonialmente tributário dos imóveis e prolongar a duração do contrato até 10 anos. Ora este valor é manifestamente elevado e incomportável para os estudantes das Repúblicas, não constituindo por isso mesmo uma solução equilibrada.

Impunha-se uma ação concertada entre o município e a Universidade no sentido de vir a encontrar uma solução que garanta a continuidade e preservação deste riquíssimo valor patrimonial imaterial vivencial e afetivo, tão importante que integrou a candidatura da Universidade de Coimbra a património cultural da UNESCO. Sendo, igualmente certo, que constitui também para a cidade, um cartão de visita de grande singularidade e identidade coimbrã. Uma das hipóteses que deveria ser seriamente encarada é a da própria aquisição dos imóveis numa ação concertada entre Município e Universidade que poderia envolver outras entidades e a sociedade civil.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

“Em nome da CDU, venho apresentar uma moção para ser votada aqui nesta Assembleia, que diz respeito aos problemas graves que estavam levantados com o fecho das urgências noturnas no hospital dos Covões. Como já não fosse extremamente grave tudo o que está a acontecer no Sistema Nacional de Saúde, agora as consequências em Coimbra, com os mega agrupamentos, tal como nas escolas agora também nos hospitais e as tentativas que se estão a fazer para acabar com serviços em vários hospitais, está a levantar problemas muito graves, que a grande maioria da população não vai conseguir resolver porque não tem dinheiro para ir aos 4 hospitais privados que aí estão já implantados, a moção diz o seguinte:

Moção

Por um Serviço de Urgências aberto 24 horas no Hospital dos Covões.
Em Defesa do Serviço Nacional de Saúde.

O Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Coimbra (CHUC) decidiu encerrar as urgências nocturnas do Hospital dos Covões. Esta decisão põe em risco a qualidade do acesso à saúde, até porque nos últimos anos encerraram e diminuíram valências em muitos serviços de proximidade nos concelhos abrangidos.

As urgências do Hospital dos Covões são fundamentais para cerca de 400 mil utentes do Serviço Nacional de Saúde.

A transferência dos doentes para os Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC) não é uma solução segura. As urgências dos HUC já não têm capacidade para tratar e internar com qualidade todos os doentes que as procuram.

Um hospital sem urgências é um hospital fragilizado, e ao mesmo tempo, muitas outras valências deste hospital estão a ser amputadas no âmbito da fusão dos hospitais: estomatologia, urologia, nefrologia, transplantação renal, gastroenterologia, psiquiatria, medicina física e reabilitação, o que está a pôr em causa o Hospital em si mesmo.

A acrescentar a isto, o brutal aumento das taxas moderadoras, dos medicamentos, os cortes nos apoios ao transporte de doentes, o encerramento de centros e extensões de saúde, a fusão/descaracterização dos Hospitais de Coimbra, põem em causa o Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e tendencialmente gratuito.

Ao mesmo tempo que se decide este encerramento, abrem unidades de saúde privadas com serviço de urgências, tratando-se de um escandaloso processo de favorecimento do negócio da saúde.”

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

“A questão que trago aqui tem a ver com a imposição dos mega-agrupamentos em Coimbra, especificamente dos três que estavam perspectivados já para setembro, segundo a proposta do Ministério da Educação e da DREC.

O que a CDU questiona hoje, na sequência de outras intervenções sobre estas questões, inclusivamente na última Assembleia a CDU apresentou aqui uma moção que foi aprovada por maioria, repito questionamos como foi possível, atendendo às posições assumidas, quer pelos Conselhos Gerais das Escolas, o Conselho Pedagógico, a Comunidade Educativa com Pais e Presidentes de Junta a própria Assembleia Municipal, que aprovou a referida moção, o Conselho Municipal da Educação a própria Carta Educativa, que eu saiba não foi ainda alterada e inclusivamente afirmações do Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente na Assembleia do dia 26 de Abril, à DREC e ao MEC imporem as suas vontades!!!!

O senhor Presidente da Câmara disse, na última Assembleia Municipal, sobre as propostas de constituição dos mega - agrupamentos coisas como “demasiada pressa pode dar asneira” pelo que, quanto ao timing de setembro de 2012 referiu que “o próximo ano lectivo deveria ser um ano calmo, de tranquilidade para as escolas, dando tempo suficiente para este amadurecimento de forma a que qualquer proposta que viesse a sugerir não chegasse ao terreno antes do ano lectivo 2013/2014”.

Portanto, a nossa surpresa maior, está no facto de, para além de todas estas posições, nenhuma delas favorável à concretização de constituição destes mega-agrupamentos, muito menos para setembro, já para não falar em que data eles

seriam constituídos, ser dado como facto consumado a constituição de 3 dos mega –agrupamentos previstos.

Por isso, senhor Presidente da Câmara o que gostaríamos de ver esclarecido é que factos levaram a Câmara de Coimbra a mudar de opinião??? Dizemos mudar de opinião embora, efectivamente, nunca tendo havido da parte da Câmara Municipal uma posição objectiva e clara sobre o assunto... participou e esteve presente, fez-se representar em diversas instâncias, quer no Conselho Municipal de Educação, quer inclusivamente nos Conselhos Gerais por via dos representantes da autarquia que, lá estão em representação da Câmara. Precisamente por não ter sido tornado publico nenhuma posição, quando o MEC e a DREC decidiram, contrariando as vontades expressas dos diversos órgãos, impor a fusão destes agrupamentos, perante este silêncio, da autarquia, fica evidente para nós, se outra explicação não houver, a conivência da Câmara Municipal de Coimbra com esta imposição!

Para que querem os governantes deste País ouvirem a opinião dos diversos órgãos, das diversas instâncias, se as decisões pelos vistos, estão previamente consolidadas? Parece que estamos num país em que, apesar de tudo o que está a acontecer, se brinca ao faz de conta. Faz de conta que estamos em democracia, portanto vamos ouvir, para fazer de conta, que os estamos a ouvir, e que iremos minimamente respeitar alguma vontade. Porque não foi isso que aconteceu. Vamos fazer de conta que os estamos a ouvir mas quem decide somos nós e agora estes nós ou é, o Poder Central ou é também a Câmara Municipal de Coimbra uma vez que, nunca se viu nenhuma atitude de retaliação ou de tentar contrariar esta imposição.

Daí, que a CDU lamenta que a Câmara Municipal de Coimbra, não tenha resistido a esta imposição, a Câmara Municipal de Coimbra, como o Ministério da Educação e a DREC desrespeitaram as vontades expressas, quer pelas escolas, quer pelo Conselho Municipal de Educação, a Assembleia Municipal e a própria Comunidade Educativa. De facto, lamentavelmente, a operacionalização destas mudanças já está a acontecer no terreno e portanto, estas escolas, que se vão agrupar, vão estar até ao início de Setembro num processo de reorganização em nova unidade orgânica, sendo uma das muitas mudanças que vão ter que operacionalizar para que o próximo ano lectivo. Está muita coisa posta em causa, porque são muitas mudanças, para tão pouco tempo.

Contudo, a direcção dos agrupamentos, e de escolas secundárias, os professores não estão conformados com a situação, prova disso foi o que aconteceu ontem junto à Escola Jaime Cortesão, uma concentração promovida pela Direcção e pelos professores da secundária Jaime Cortesão que desde a primeira hora como outros estiveram em desacordo com este processo, foi uma concentração que mobilizou também outros professores de outros agrupamentos que vão ser mega-agrupados, e nessa concentração foi aprovada uma posição que a CDU na pessoa da Isabel Melo que esteve presente como docente que foi dessa escola durante muitos anos. Tendo sido lá tomada uma posição que os presentes pretendem entregar e fazer chegar ao Governo e à Assembleia da República, entendemos que a devíamos fazer chegar aqui, à Câmara Municipal de Coimbra por via da Assembleia Municipal.”

Outro assunto, sobre o Jardim-de-infância da Solum, questão que na altura a CDU trouxe aqui, quando foi divulgada a entrega deste edifício público, por comodato, à Fundação Bissaya Barreto.

O que o deputado do Bloco disse é correcto, é efectivamente uma zona que está com uma enorme lista de espera, não é apenas a zona da Solum, não é só o agrupamento Eugénio de Castro são os outros agrupamentos também, daí que já na altura dissemos que o jardins-de-infância deveria permanecer mesmo sendo criadas duas salas no novo centro infantil, não era por aí que ele deveria encerrar, uma vez que o número de crianças em lista de espera já ia além dessas duas salas.

Portanto, só não concordamos com o Bloco de Esquerda na disponibilidade do espaço para um refeitório, continuamos a defender a utilização do espaço como jardim-de-infância. Na altura o senhor Presidente da Câmara o Dr. Carlos de Encarnação justificou com a falta de creches em Coimbra, mas desde o início que este processo era muito complicado para nós.

Já agora dizer, Senhor Prof. Dr. Manuel Porto que, em relação aquela questão que foi aqui colocada, quanto à sua nomeação para presidir a comissão coordenadora da reforma administrativa, o facto não ter dito que não, as razões que alega... para poder minimizar é pouco. Importante seria se fosse para contrariar, porque só contrariando é que aquilo que o senhor há pouco disse pode ser cumprido. Porque minimizar é muito pouco! A intenção é contrariar. Só assim é que o seu papel nessa comissão não será a de um dos coveiros das freguesias.

TOMADA DE POSIÇÃO

CONCENTRAÇÃO/PROTESTO DE PROFESSORES, COIMBRA

PROFESSORES DE COIMBRA CONTESTAM ATAQUES À PROFISSÃO E ÀS SUAS ESCOLAS

Esta concentração realiza-se por iniciativa dos docentes da Escola Secundária Jaime Cortesão, com o apoio e empenhamento do Sindicato dos Professores da Região Centro, oportunidade para expressar o protesto e a indignação que lavram entre os profissionais do ensino e da educação. Para ela foram convidados os docentes das escolas de Coimbra, na certeza de que os problemas são, em grande medida, comuns e exigem a acção e a unidade dos professores.

Os participantes nesta concentração afirmam: o Governo não olha a áreas nem a meios para executar inoportáveis cortes orçamentais sobre as escolas e os seus profissionais, liquidando muito do trabalho feito e hipotecando, perigosamente, o desenvolvimento da qualidade das respostas educativas de que os docentes são principais executores e defensores.

Os presentes denunciam que as medidas que o Governo tem vindo a tomar visam, fundamentalmente, a redução de postos de trabalho, na gana de cortar os encargos necessários, o que é incompatível com uma escola pública de qualidade de que os alunos, as suas famílias e o país tanto carecem. As medidas tomadas são a negação do que Portugal, a sua população e as novas gerações necessitam. A agregação de escolas e agrupamentos em curso, o aumento do número de alunos por turma, a revisão da estrutura curricular, as regras para a organização do próximo ano lectivo ou a extinção de ofertas educativas são instrumentos do Governo para eliminar horários de trabalho, sendo que também

vai é cada vez mais nítida a orientação ideológica para a elitização da Educação e para a desvalorização da Escola Pública. Os professores não podem tolerar este caminho.

Com a aplicação daquelas medidas, o Governo vai provocar uma perigosa instabilidade dentro das escolas, em resultado do aparecimento forçado de muitos horários-zero entre docentes dos quadros. Perante um governo que toma medidas propositadas que resultam em horários zero, nenhum professor pode ficar descansado ou de braços cruzados em relação ao seu próprio futuro.

Com a aplicação das medidas referidas, o Governo projecta a eliminação da contratação nas escolas. Milhares de docentes contratados, todos ou quase todos, usados pelos governos ao longo de anos e anos, necessários à organização e funcionamento das escolas, vão ser artificialmente empurrados para o desemprego, para fora das escolas que deles necessitam e para fora da profissão que é a sua e para cujo exercício estão qualificados.

Com a aplicação das tais medidas, o Governo promove a desvalorização, a degradação e a destruição da Escola Pública, o que, só por si e por ser tão grave, deve suscitar uma forte reacção da generalidade dos docentes e restantes sectores profissionais da educação e do ensino, bem como de sectores mais vastos da sociedade dos quais se espera um grande combate em defesa da Escola Pública, Democrática e de Qualidade.

Assim sendo, os presentes nesta concentração/protesto:

- expressam a sua incontornável condenação face ao rumo político que o Governo quer para a educação e o ensino e, em particular, reclamam a suspensão das medidas que visam retirar docentes às escolas;
- apelam à luta de todos os professores e de outros profissionais em defesa da qualidade na Escola Pública, combate que vai em sentido oposto ao da eliminação e instabilização de postos de trabalho que o Governo comanda;
- incitam outros professores e outras escolas do concelho a tomarem iniciativas de luta neste âmbito, na certeza de que a persistência no protesto e na expressão pública de indignação são contributos fundamentais para corrigir ou substituir más opções políticas;
- exortam os professores a dar força a outras oportunidades de luta, em particular a manifestação de protesto e exigência convocada pela FENPROF para o próximo dia 12 de Julho que deve ser um grande momento de disponibilidade e de inconformismo por parte de todos os que estão conscientes da gravidade do ataque que o Governo dirige às escolas e aos seus profissionais;
- alertam a sociedade em geral para este ataque que, a não ser sustido, constituir-se-ia como um garrote letal para qualquer aspiração séria de desenvolvimento de Portugal que terá de ter como elemento estruturante uma Escola Pública de Qualidade e Democrática!

Esta tomada de posição será divulgada junto das escolas do concelho e seus docentes, junto da comunicação social, bem como ao Governo e à Assembleia da República.”

Intervenção do deputado municipal João Lucas (BE):

“Aproveito para sugerir ao Senhor Presidente da Assembleia que, dentro da programação que tem para o agendamento das sessões da Assembleia, possa agendar ou numa sessão extraordinária, para debatermos a questão das

freguesias e informe todos os deputados, porque o BE apresentou no passado dia 14 um projecto para ser discutido e deliberado na Assembleia Municipal, para um referendo local sobre a questão das juntas de freguesias.

O texto deu entrada no gabinete da Assembleia e espero que a curto prazo possa ser distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal.”

A minha intervenção é sobre o Novo Código de Trabalho. Mais um passo para o empobrecimento.

Saiu no Diário da República do passado dia 25 de junho a Lei n.º 23/2012 (o Novo Código do Trabalho). Em pouco mais de três anos, é a terceira alteração que é introduzida à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro. Retoma o diploma anterior nos seus pontos fortes e acrescenta-lhe outros mais gravosos, visando desequilibrar ainda mais a relação laboral, em prejuízo do trabalhador.

A organização do tempo de trabalho, designadamente com recurso ao banco de horas, individual e grupal, a redução da remuneração do tempo suplementar do trabalho, a possibilidade de despedimento por inadaptação, a desvalorização da negociação coletiva e a redução dos feriados são alguns dos aspetos que tornam a vida ainda mais difícil para a generalidade dos trabalhadores.

Nunca como agora se utilizaram tecnologias tão eficientes nos processos de produção e na organização dos serviços. Nunca como agora, a produtividade atingiu valores tão elevados. Paradoxalmente, o tempo de trabalho, em vez de diminuir, como se teorizava e preconizava recentemente, tende a prolongar-se e a ocupar perigosamente os tempos destinados à família, ao lazer e à fruição cultural. Para além do aumento de horas de trabalho pela mesma remuneração, é a irregularidade da sua distribuição pelo dia, pela semana, pelo mês e pelo ano que está em causa. A gratuidade imposta ao trabalho é, para além duma iniquidade económica, um atentado inaudito à dignidade humana e aos direitos sociais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Não está provado que esta precarização do trabalhador promova um bom ambiente de trabalho nas empresas e contribua para reforçar o aumento da produtividade, a médio prazo. Provocará sim um maior desgaste físico e psicológico das pessoas, com incidências graves na sua saúde, influenciará negativamente as suas vidas familiares, com repercussões sérias no acompanhamento dos filhos, e desmotivará seriamente os jovens à entrada da vida laboral.

No seu conjunto, a economia perde com mais esta medida. Se as empresas e os serviços públicos assentam, nos variados níveis de atuação e de responsabilidade, nos seus trabalhadores, não parece lógico que se façam leis para continuamente os fragilizar. O resultado final será, inevitavelmente, uma sociedade com mais desemprego, com trabalho mais instável e insalubre, com caminho aberto para mais empobrecimento e menos desenvolvimento – precisamente o contrário do que o 25 de abril prometeu.

Assim, os deputados municipais da Assembleia Municipal de Coimbra decidem:

1º - Considerar que este novo código laboral não contribui para a instauração dum clima de motivação para o trabalho e para o crescimento económico de que o país tanto precisa, antes prejudica seriamente esse objetivo.

2º - Apoiar as iniciativas que visem submetê-lo ao Tribunal Constitucional para fiscalização sucessiva da sua constitucionalidade.

3º - Solidarizar-se com as diversas formas de protesto e de resistência que se vierem desenvolver na sociedade portuguesa, com vista a repor os direitos laborais fundamentais dos que trabalham e também dos que foram empurrados para o desemprego sem direitos.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Frades

“Passado que foi um longo caminho, que se iniciou com o Documento Verde, o qual após forte contestação, pela sociedade civil, pelos autarcas de todos os quadrantes e principalmente das populações, o governo decidiu meter na gaveta o citado documento e aprovar a proposta de Lei nº44/XII, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, homologada pelo Sr. Presidente da República e publicada no passado dia 30 de Maio, a Lei nº22/2012, que estabelece os critérios para a extinção de Freguesia.

Numa primeira leitura à Lei nº22/2012, pode-se ficar com a ilusão que ela é mais maleável que o Documento Verde quanto aos critérios e ao procedimento mas quanto à substância nada se alterou, bem pelo contrário, na Lei agora aprovada, define com clareza as bases de extinção, num prazo recorde, um conjunto de freguesias que ultrapassa claramente as mil que faria inveja aos responsáveis da Reforma de Lisboa que apenas para transformar 53 freguesias em 24, trabalharam mais de dois anos, já não falando da Reforma que Mouzinho da Silveira tentou por em execução.

Substituir as tipologias e os critérios quantitativos para parâmetros gerais tendo como base de trabalho um conceito de lugar urbano, de difícil definição e de uso pouco comum, usado sobretudo para fins estatísticos (veja-se no caso do nosso concelho, o lugar urbano é formado por Coimbra e S. Silvestre), cuja relação com o conceito de freguesia a Lei trata de modo pouco claro, realçando uma vez mais, valores quantitativos, neste caso as percentagens e a classificação dos municípios.

O documento verde salvaguardava as freguesias rurais com mais de mil habitantes, ao contrário, a Lei nº22/2012, agarra-se ao lugar urbano e define parâmetros de extinção para freguesias dentro e fora deste, partindo sempre da classificação dos municípios esquecendo-se que estes, mesmo do mesmo nível, tem realidade bem diferentes

Mas o que mais preocupa ao ler a Lei nº22/2012 é que não se consegue descortinar, nem nunca foram explicadas antes da sua publicação, razões, objectivos, ganhos financeiros e territoriais que advêm, como contributo para diminuir a despesa pública, ou ainda se a extinção de freguesias, irá trazer ganhos de eficiência, na melhoria da prestação de serviços às populações, que vivem dispersas no território.

As autarquias, freguesias, baluarte do Poder Local Democrático, algumas delas instituições seculares, de apoio às populações, ao falarmos de extinção, não é o mesmo de falar de unidades de produção que infelizmente se fecham em qualquer momento.

Sr. Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Caros colegas Presidentes de Junta

Procurar justificar a extinção/agregação de freguesias com o argumento de escala/dimensão, dificilmente será compreendida pelas populações.

Demonstrado está ao longo dos anos de serviço de proximidade prestado pelas freguesias que a dimensão da freguesia à sua escala é adequada à função e ao serviço que presta às populações, não precisando de ter milhares de habitantes como define a lei, nalguns casos maiores que muitos municípios.

Demonstrado está que, para ter escala não necessita de ter muito território, estar longe ou mais perto do lugar urbano ou ter mais ou menos habitantes, pois a escala deve estar sempre associada às funções/competências, que se pretende venham a desempenhar.

E essas, ainda não estão concretizadas e nunca passaram de meras intenções escritas.

O que ninguém demonstrou, nem conseguirá demonstrar, é que juntar freguesias para atingir a escala (nalguns casos > a 50.000 habitantes), não poderá ser um erro, onde por ser grande ninguém se conhece nem se sabe muito bem qual o papel a desempenhar na administração de vizinhança.

Sr. Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Caros colegas Presidentes de Junta

Para a implementação da Reforma, a Lei coloca as Assembleias Municipais na primeira linha do processo de extinção das freguesias, incumbindo-as de apresentarem propostas de agregação, a que a que designaram de Pronúncia.

É caso para dizer que o Governo transfere o odioso das decisões a tomar para este órgão democrático. Esquece o Legislador que esta é uma Reforma Territorial Autárquica, abrangendo apenas as Freguesias e numa Lei com 22 artigos apenas no artigo 11, ponto 4º as Assembleias de Freguesia, são chamadas a apresentarem pareceres mas mesmo esses, terão de estar conformes com os princípios (se é que ouve princípios na elaboração desta Reforma) e os parâmetros definidos.

De qualquer modo, esses pareceres nunca serão vinculativos, pois terão de ser ponderados pela Assembleia Municipal.

A metodologia prevista na Lei 22/2012, inspirou-se no processo de Reforma das freguesias de Lisboa, mas Lisboa não é compatível com o resto do País, nem em termos sociológicos, nem políticos, Lisboa é constituída apenas por um lugar urbano, pelas 53 freguesias, predominantemente urbanas.

Além disso, o Município de Lisboa foi pioneiro, tomou a iniciativa e não obedeceu às directivas de nenhum governo.

Mas a Lei 22/2012 foi mais longe e prevendo o legislador que algumas das Assembleias Municipais não apresentassem pronúncia, dentro dos princípios e parâmetros definidos pela lei e a que chamou desconformidade da pronúncia, criou um órgão que designou Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território, composta por 16 elementos (sendo que só votam 12) e a funcionar junto da Assembleia da República. Este órgão tem como principal função propor às assembleias municipais em caso de desconformidade, projectos de reorganização do território das freguesias.

Também neste órgão (Unidade Técnica) as freguesias foram, mais uma vez, discriminadas na sua composição, pois apenas dois elementos em representação da Anafre, representam 4260 freguesias na Unidade Técnica.

Como sabem a ANAFRE, e o PS, não indicará nenhum representante para a Unidade Técnica, assim como os Municípios também ontem anunciaram a não representação na referida Unidade Técnica.

Não consigo perceber, a ser verdade, como é possível o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, ir presidir a esta Unidade Técnica, ainda mais sendo 2ª escolha, passando um atestado de incompetência a esta Assembleia, porque se como espero esta Assembleia se pronunciar contra esta Lei, então o Sr. Presidente da Assembleia e ao mesmo tempo presidente da Unidade Técnica, vai impôr a lei e tomar-se assim no coveiro das freguesias de Portugal e em especial do concelho de Coimbra.

Penso que isto é no mínimo absurdo e também revelador do estado de cabeça perdida que neste momento o Sr. Ministro da Tutela e o Sr. Secretário de Estado demonstram, passando a batata quente para as mãos das Assembleias Municipais que, por sua vez, ao pronunciarem-se contra, terão ainda a Unidade Técnica presidida pelo nosso Presidente da Assembleia, a impor a vontade do Governo, pela Lei aprovada.

Ressalvo uma vez mais que a ser verdade a ida do nosso Presidente da Assembleia Municipal para a presidência da Unidade Técnica, então não lhe restará mais nenhuma opção do que solicitar a demissão desta Assembleia Municipal.

Não quero sequer falar aqui dos incentivos económicos referentes aos membros desta Unidade Técnica, mas em tempo de contenção, não há duvida que é só para alguns!!!

Sr. Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Caros colegas Presidentes de Junta

Está sobejamente demonstrado que as competências que os municípios transferem para as freguesias são exercidas de uma forma eficaz e dentro dos princípios definidos pela proximidade. E esta é a mais sublime vocação das Freguesias, estar próximo, ser funcional, estar ao serviço, ser social, por isso, esta reforma não serve.

Não me perguntem se a freguesia é um modelo económico de gestão pública.

Seria obrigado a perguntar-vos.

Que outro modelo mais económico de gestão e administração pública?

A intenção desta reforma não é a valorização, mas simplesmente extinguir freguesias, sem consenso interpartidário e contra vontade expressa dos seus destinatários, as populações e os eleitos locais.

Está bem explícito nesta Lei que esta Reforma de que muito se falou e que se quer implementar a qualquer custo, nasce apenas de uma necessidade política.

Não assenta como seria normal na exigência requerida da organização do território e muito menos da falta de eficácia e eficiência do trabalho que as freguesias realizam.

É por isso que penso que a Lei nº22/2012 de 30 de Maio, não dignifica as freguesias, as populações e numa palavra o Poder Local Democrático.

-Porque discrimina negativamente as freguesias.

-Porque não entende o verdadeiro significado de proximidade.

-Porque esquece as razões históricas, o património material e imaterial e a sua identidade.

-Porque não considera os motivos de crescimento demográfico.

-Porque esquece o papel social das freguesias.
 -Porque se esquece que o objectivo principal de uma reforma, são as pessoas.
 -Porque não se conhecendo nenhuma indicação numérica, adiantada pela Troika, para a redução de Freguesias ou Municípios, ou para umas e outros, a Lei 22/2012 é desmesurada.
 -Porque no pensamento do legislador, os 20% de favorecimento no caso de pronúncia da Assembleia Municipal, para aceitação de situação é naturalmente indesejada e finalmente porque as freguesias e os eleitos entendem, hoje como então que o modelo de reforma do Poder Local, deve obedecer ao princípio democrático da intervenção local.
 Disse.”

Intervenção do Presidente da Assembleia:

“Agradeço muito a frontalidade como as coisas estão a ser postas.

Quanto a ANAFRE gostava de esclarecer:

A ANAFRE exigiu que fossem dois elementos e não um, e depois não apresentou nenhum.

A questão que ponho é sempre, era melhor a ANAFRE estar ou não estar. Cada um tem a sua posição na vida, eu estou habituado, não mudei nada que fique bem claro, eu não me demito desta Assembleia Municipal!

É muito melhor estar aqui e ter a acessibilidade do que não estar, claramente não me demito, acho que sou mais prestável do que não estando.

É melhor lá ter alguém ou não.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Eu acho mais do que estarmos aqui a discutir os posicionamentos e a discutir as questões de fundo, acho que vale a pena relembrar a posição já tomada por esta Assembleia, vale a pena repescarmos aquilo que já decidimos e decidimos por maioria absoluta desta Assembleia sem votos contra.

Esta Assembleia, no uso das suas competências, e sobre uma proposta de um autarca e membro desta Assembleia decidiu negar a junção e a fusão de freguesias, esta é uma deliberação desta Assembleia.

Senhor Presidente, como Presidente desta Assembleia compete-lhe representar a Assembleia, e representar a Assembleia não é ir a jogos de futebol exclusivamente, é fazer valer as suas deliberações, e é neste ponto em que estamos.

Ou seja, o senhor Presidente está pessoalmente vinculado na sua condição de Presidente da Assembleia Municipal em representar as deliberações, desta Assembleia, não tem o senhor Presidente liberdade pessoal para decidir ou agir ou tomar posições em contrário.

Com isto, só para clarificar as situações só deixo isto em aberto porque não faço juízos de valor porque isto trata-se de parâmetros legais. Não faço nem exerço juízo de valor, nem sequer exercícios de qualidade da representação.

Definindo a sua qualidade de Presidente desta Assembleia e a sua vinculação perante as deliberações desta Assembleia a questão que se coloca, enquanto a sua aceitação de membro de uma Comissão Técnica nomeada enquanto técnico nomeado pela Assembleia da República, que tem como função essencial reestruturar por agregação de um número significativo de freguesias em todo o

território nacional, e em cada município do nível 2 de Coimbra uma redução global do respectivo número de freguesias no mínimo correspondentes a 50%, o número de freguesia cujo território se situa total ou parcialmente no mesmo lugar urbano, independentemente da margem de flexibilidade que conhece melhor do que eu em relação às deliberações da Assembleia Municipal, compete a esta Comissão, a esta unidade técnica, elaborar parecer sobre a conformidade ou desconformidade das pronúncias das Assembleias Municipais e apresentá-las à Assembleia da República, desconformidade em relação ao diploma aprovado e propor às Assembleias Municipais, no caso de desconformidade da respectiva pronúncia projectos de reorganização administrativa dos territórios das freguesias. E é, nestes termos estritamente legais que se coloca aquilo que estamos a avaliar. Esta Assembleia pronunciou-se, e fica aqui claro, relembro que esta Assembleia pronunciou-se e que há uma competência directa e exclusiva do Senhor Presidente perante as deliberações desta Assembleia, sabendo nós que, em termos legais, a Comissão Técnica nomeada tem por funções aplicar o diploma que foi aprovado pela Assembleia da República. Deixando isto claro, e fazendo esta pronúncia clara, clarificando as situações deixo em aberto qualquer situação que se possa ulteriormente colocar no plano concreto, da adequação legal da actuação dos intervenientes.”

Presidente da Assembleia:

“A questão é esta, o senhor também é perito porque trabalha na área fiscal, já estive em várias comissões da reforma fiscal. Há casos o que está na lei portuguesa, fui presidente da comissão do IMI, e estive em outras, há coisas que não concordo, e não concordando votei contra, agora eu tenho que cumprir ou não? Que remédio, estou a falar nos códigos que entrevi como legislador, ou como uma comissão técnica, que nomeadamente não fui legislador, há casos que não concordei, depois de estar aí, a coisa mais fácil para mim, pessoas que me conhecem, tenho bastante que fazer, o mais fácil era dizer que não.”

Pinto Ângelo

“Permita-me tão simplesmente isto, as decisões que o senhor tomar serão avaliadas, do ponto de vista da questão pessoal e jurídica, quero que fique claro, e agradeço que fique em acta desta Assembleia.

Presidente da Assembleia

"Eu fui educação para lutar pelas coisas, como fui educado nesse sentido lutarei por elas sempre, em consciência. Eu luto melhor estando lá neste grupo técnico, do que não estando, não estar não luto por nada, posso estar na Faculdade feliz da vida.

Foi assim que fui educado, nunca mudarei. É com sacrifício pessoal, patrimonial e que fique bem perante todos os presente que foi assim que fui educado não mudarei e luto pelas coisas.

Quero que fique estas declarações em acta.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Stª Cruz:

“Fundamentalmente venho aqui apresentar quatro casos. E lamento que, já mais do que uma vez tenha vindo a este parlatório e ainda ninguém resolveu nenhum deles. Alguns poderiam ter sido resolvidos sem alguma parte negativa do que

aconteceu aqui bem perto no espaço verde da Quinta de S. Bernardo, atrás do Pátio da Inquisição. Em tempo, falei que estão lá uma série de pedras, algumas colunas bastante antigas, mais outras pedras que alguém do Centro Histórico disse que aquilo é uma espécie de museu de pedras a céu aberto. Aquilo não é mais do que uma montureira de lixo junto aquele palacete onde estão as ditas colunas mais um montão de outras pedras e onde estava uma estátua de um santo S. Bernardo. Na altura falei, mas ninguém quis saber. Agora a referida estátua desapareceu, tentei averiguar e o que me informaram é que alguém empurrou a estátua pelas escadas abaixo e partiu-se, foi preciso isto para a Câmara mandar buscar a referida estatua que agora está na parte oficial, onde está um funcionário a tratar de recuperar da estátua de S. Bernardo. Lamento que tenha acontecido isto, se tivessem ido buscar o Santo naquela altura que eu falei estava mais resguardado e não teria sofrido tais danos, de certeza que agora já não vai ficar a imagem como era.

Outro caso, é o espaço verde que envolve aquele palacete que tem nada mais nada menos que 8 socalcos com relva plantada em cada um deles tinha 5 laranjeiras, neste momento existe só 4 o resto desapareceram.

Aquilo é um espaço cultural visitado por estrangeiros, é um espaço onde se gastou dinheiro, mas depois deixa de ter manutenção está bastante abandonado. Há poucos dias foram cortar a relva porque ela já tinha mais de 40 cm de altura. Vou reforçar mais uma vez a minha ideia se os espaços verdes se existem é para ser tratados, é para fazer a manutenção ou então acabam-se com eles.

Volto a falar no Bota Abaixo, uma coisa tão simples de resolver, se alguém responsável desta casa fôr verificar fica a 100 metros da Câmara, encontra no Bota Abaixo uma montureira. Uma camioneta só, não vai chegar concerteza para levar de lá todos aqueles tarecos, que ali se encontram, volto a dizer são carros do supermercado, plásticos, madeira, etc. e por cima há um sem abrigo que ali pernoita e torna-se num empregado daqueles vendedores ambulantes que monta e desmonta as bancas.

Outro assunto é o caso do pino que se passa o cartão para ter acesso aquele recinto está todo inclinado e enferrujado. Ainda há pouco o Presidente da Junta de S. Bartolomeu falou nisso, estou a reforçar porque eu já perguntei à secção de trânsito porque é que não arranjavam aquilo e a resposta foi a seguinte: os vendedores ambulantes são quem estragam aquele equipamento. O equipamento já lá estava, então das duas uma, ou tiram os vendedores ambulantes ou tiram o equipamento. Aquele espaço está com um aspecto que não é nada agradável para quem passa ali. Mesmo os vendedores ambulantes que estão no Largo das Olarias, inicialmente estavam no Largo da Maracha que fica no lado oposto, onde se mantém ainda a placa que diz “venda ambulante”, não é aquele local que eles se apropriaram. Por isso, ou tiram a placa ou mudam os vendedores ambulantes para o local próprio onde começou o início da sua atividade.

Terreiro da Erva, é um espaço que 40% do mesmo é uma zona pedonal, que está dividida por vasos com uns arbustos, maior parte deles todos partidos, tiram os vasos dos sítios para estacionarem, penso se aquela zona é pedonal, a Polícia Municipal havia de vigiar mais vezes, principalmente à hora do almoço, o estacionamento é caótico. Penso que a Câmara tem que tomar uma decisão porque aquele espaço está uma vergonha.

Portanto, quando Coimbra luta para fazer parte do Património da Humanidade, acho que Coimbra mais propriamente esta parte que acabei de referir, está muito degradada para não dizer vergonhosa.

Outro assunto que não tem nada a ver com a Junta de Freguesia de St^a Cruz, mas em Maio fui ao Parque Dr. Manuel Braga havia a feira do livro e uma exposição de artesanato fiquei triste, porque aquilo que já foi uma sala de visitas e uma sala de estar da Cidade de Coimbra estava pura e simplesmente vergonhoso, nem sequer a relva cortaram, canteiros de flores cheios de ervas, os bancos todos tortos, quase com a parte do acento junto ao chão. Na minha opinião aquele Parque da Cidade havia de ser olhado com outros olhos, aqueles espaços que tinha água e patos, não digo para porem os patos porque os roubam, mas, ao menos aquele espaço ter água porque ficava mais bonito, não tem nada a ver com o Parque da Cidade à alguns anos atrás.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:

“Em primeiro lugar queria agradecer ao Presidente da Câmara, não só o facto de ter a gentileza no domingo de ter estado em Souselas no 20º aniversário do Centro de Apoio Social de Souselas, indiscutivelmente uma das maiores IPSS do Concelho de Coimbra, e também agradecer-lhe, o facto, e aos seus vereadores que tenham aprovado em sede da reunião de Câmara do dia 18-06-2012 o lançamento do concurso para a construção do refeitório da escola primária de Souselas, a todos o meu muito obrigado. E um obrigado especial ao empenhamento do senhor Presidente da Câmara neste necessário e importante equipamento para a Freguesia de Souselas.

Em segundo lugar, um assunto que voltarei a falar, como sabem está publicado e aprovado o Posto Territorial de Souselas. É um processo com muitos anos, um dia destes a placa que lá está colocada cedência do espaço por parte do Município ao Ministério da Administração Interna irá cair de podre, passou um processo por vários governos independentemente PS e PSD, todos são responsáveis, para a frente para trás e para lado nenhum e de facto, hoje, acontece o seguinte:

Está feito o projecto, já algum tempo, está em fase de projecto de execução, foram feitos os estudos geotécnicos no local foi aprovado, foi aprovado a localização, portanto, está tudo pronto. Sei que o momento não é o melhor, mas isto é desculpa, alguma coisa tem de ser feita no País, o País não pode parar, as obras também não podem parar, têm de ser seleccionadas, escolhidas, bem administradas, mas não pode haver bloqueio total de paragem do País. O interessante disto, é tão ridículo como vou explicar. É que os documentos que saíam da Avenida Dias da Silva, os documentos, papel timbrado, carimbado diz: posto territorial de Souselas, portanto nós temos a placa e o terreno, e aqui em Coimbra têm a parte administrativa e operacional do posto territorial de Souselas. Isto é inconcebível porque não existe Posto Territorial de Coimbra Já coloquei a questão aos deputados eleitos por Coimbra do PDS da Assembleia da República, e esses senhores têm responsabilidades por Coimbra e também naturalmente pela freguesia de Souselas, foram eleitos para nos representar e para nos defender.

De facto, o pedido que eu aqui fazia, ao senhor Presidente sei que já tomou nota, como isto ultrapassa a capacidade de intervenção da junta de freguesia de Souselas, que interceda perante a o Ministério da Administração Interna e do senhor Ministro já que os senhores deputados se esqueceram do problema, se de facto poderia interceder no sentido de saber o ponto de situação e de facto concretizar-se formalmente aquilo que está estabelecido e publicado em Diário da República que é o Posto Territorial de Souselas.

Um outro assunto é uma preocupação, eu reconheço o mérito e o esforço do meu colega Ricardo Rodrigues, e de facto deve-se muito ao empenhamento dele a construção das passagens hidráulicas aos Fornos. É justo, está correcto de facto que isso seja feito porque o que ali estava tecnicamente era errado e dava os problemas todos que conhecemos e elogio-o por isso. Mas queria alertar o seguinte:

Se por um lado, resolvemos o problema dos Fornos, por outro lado não resolvemos o problema de Souselas, porque quando chover a sério, com inundações, Souselas vai continuar debaixo de água porque o rio dos Fornos é um conjunto de dois rios que passam em Souselas, que ó o Resmungão e o Botão; e o mesmo vai acontecer no Botão. Porque houve alterações a nível freático ali, devido a industrialização e impermeabilização à superfície: são rios de natureza mediterrânica com regime torrencial, portanto, rapidamente enchem, rapidamente transbordam e no estio são inofensivos no inverno tem caudais impressionantes e compete da parte da Câmara e dos serviços competentes, perante a Administração Hidrográfica, proceder a uma intervenção profunda de desobstrução de limpeza e desassoreamento e eliminar todos os pontos de estrangulamento do que vai dos Fornos precisamente até Souselas e Botão. Se isto não for feito, os problemas a montante continuaram a existir.

Está correto o que está a ser feito a jusante não se pode permitir que não seja feito a montante. E desde Outubro de 2006, há um documento técnico apresentado pela junta de freguesia de Souselas à Câmara e a Administração Regional e Geográfica, que tem um conjunto de medidas de mitigação e de minimização e de resolução dos problemas nestes dois rios. Era um pedido que deixo aqui, porque de facto, se estamos a resolver um problema vamos resolvê-lo no seu conjunto.

Um outro assunto tem a ver com a Reforma Administrativa e Política. Meus amigos, todos sabem a minha posição. É muito simples, não estou dentro nem estou fora! Estou contra!

Tão somente contra, porque é uma reforma injusta, incorreta e inadequada, todos sabemos disso, e aqui os autarcas foram esquecidos, ignorados e usados, porque são usados tão somente quando há eleições é necessário o trabalho dos Presidentes de Junta, para os respetivos partidos, elegerem os seus deputados e tudo mais, depois daí tomam-se as posições que tiverem.

De facto há dois partidos e há que ser muito claro, tem alguma responsabilidade nisto. O PS que naturalmente assinou o Memorando da Troika e o PSD, se o PS pode ter estado mal, com a questão da assinatura do memorando, que inclui naturalmente a extinção o PSD não tem estado melhor! E há que assumir!

Eu respeito todos os colegas que sejam a favor da extinção da fusão, mas esta é a minha opinião e a minha opinião também tem que ser respeitada mesmo dentro

do meu partido. Se quiserem assim muito bem, se não quiserem então que o digam, à que ter alguma frontalidade, e sabemos que ela tem sido muito mal conduzida.

Há uma questão que é esta, porque é que chegamos aqui. Porque naturalmente a Troika foi mal informada, porque quando disseram que existe mais de quatro mil freguesias os senhores ficaram assustados.

Sei de uma reunião que houve recente da ANAFRE, que lhe explicaram as coisas e então os senhores perceberam bem, e disseram que não estavam muito bem informados o que é que era isto das freguesias. Porque acusasse que o País funciona mal em termos administrativos, naquilo que funciona bem, que é as freguesias, então vamos acabar com elas. Quando nós deveríamos ser o exemplo para o resto da Europa, acabasse o melhor exemplo que temos para mostrar a Europa como é que funcionamos em termos administrativos ou políticos.

Portanto, esta ideia e esta maluqueira, que lá de fora uns tipos génios, iluminados, que sabem tudo, não é bem assim! Portanto, que se use e que se premeie e que se defendam os melhores exemplos que cá temos. É reconhecido por todos de facto a necessidade e a importância e o bom funcionamento das freguesias no seu conjunto.

De facto, reconhecer isto tentar extinguir ou agregar vai dar ao mesmo de facto não dá para entender.

Eu vou dizer, o Prof. Manuel Porto é uma pessoa de grande categoria, elevada craveira, e com muito respeito. Tive o prazer, até como dirigente da ANAFRE Distrital, de o ter convidado e de o ter presente ao lado dos Autarcas de Freguesias nos encontros da ANAFRE e até terem sido tomadas algumas posições críticas sobre a forma como as coisas estavam a decorrer e de facto voltou a dizer que era contra.

Respeito, cada um tem o direito de tomar as posições que quiserem, tem o direito de ir para muito bem entender e aceitar os convites que são feitos para as comissões, é uma questão pessoal, não posso sequer pronunciar-me.

Fico triste de ver alguém de Coimbra que tenha que decidir sobre este processo, permita-me que lhe diga, respeito-o, mas fico triste que alguém como o Senhor tenha que tomar uma posição sobre este assunto.

De facto esta comissão, está ferida, não é bem assim, a ANAFRE nunca concordou com a questão da comissão e porque na altura não foi a ANAFRE que pediu duas pessoas, estava lá uma e perguntamos se os outros é que vão decidir por nós, sendo nós que deveríamos decidir, estão-nos a passar uma procuração, não tenho ideia, que a Junta de Freguesia de Souselas e os seus representantes, que é a Assembleia de Freguesia e o Presidente de Junta e o Executivo, tenham passado uma procuração à Unidade Técnica para decidir sobre a minha freguesia, se fica sozinha se fica com os vizinhos. Esta é a realidade objectiva das coisas. Acho que a Comissão Técnica está muito limitada, ao contrário do que se pensa, percebo o bom sentido do Senhor Presidente dizer, bem, vai ver se conseguimos fazer isto pelo melhor, compreendo-o respeito isso a sua boa intenção mas de facto, não é bem assim. Porque a Lei que saiu estabeleceu os valores, ou seja, balizou, disse quanto era dentro da malha urbana e da fora da malha urbana, disse quanto era para o concelho de nível 1, 2, e 3, e agora vem este acréscimo dos 20% eventualmente poderão a vir a ser consideradas além deste valor por proposta devidamente fundamentada da Assembleia Municipal.

Portanto, não há aqui muita margem para resolver esta questão a não ser que o Governo volte para trás com este processo.

Portanto, no fundo a Comissão Técnica vai ter que decidir sobre os parâmetros que lhe foram estabelecidos, e não vamos andar muito para a frente nem muito para trás, ou seja estamos “tramados” com esta questão.

Para terminar, só queria dizer o seguinte:

Eu e a propósito de não ter visto nenhum deputado do meu partido, eleito “Por Coimbra” a pronunciar-se sobre as freguesias e:

Nas próximas eleições de 2013, os senhores deputados que íam na lista vem concorrer às freguesias, os presidentes de junta e os seus executivos vão na lista para deputados, pode ser que assim consigam perceber qual é o espírito de trabalho dos autarcas de freguesias e comecem a ser respeitados e a sua voz ser ouvida.

Para terminar dizer o seguinte, vem aí dias difíceis e problemas complicados, porque uma Assembleia para discutir isto não vai ser fácil, portanto meu amigos temos que aplicar a regra do bom-senso de defender naturalmente aquele que é o direito das freguesias continuarem a existir. É isso que peço a todos e é isto que temos que fazer quando estivermos todos aqui a discutir esse assunto.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

“Faço minhas as palavras do meu antecessor.

Contudo queria aqui mais uma vez, de certeza que os deputados vão dizer que vou falar no brasão da freguesia, e dizer-vos que é a sexta vez consecutiva a ausência do senhor vereador do desporto e dos espaços verdes, Luís Previdência volta a não ter respeito por este Órgão. Não está presente e não acredito que tenha sempre que fazer.

O senhor Presidente comprometeu-se da outra vez a tentar ultrapassar este problema, mas eu volto a referi-lo e faço questão que fique em ata, o que era da competência a da junta foi feito a obra toda em cantaria e está a aguardar pelo brasão que tem que ser executado pelos serviços da Câmara ou seja pelos jardineiros, vai fazer 3 anos em Agosto, vamos continuar à espera a freguesia sabe esperar!

Celebrou-se a décima Feira Gastronómica, de 7 a 10 de Junho, queria agradecer ao senhor Presidente da Câmara por ter visitado a nossa feira, e até ter colaborado na própria festa.

Agradecer também a presença e a colaboração do senhor vereador Paulo Leitão e embora não tendo estado presente a senhora vereadora, vice-presidente da Câmara Doutora Maria José, dizer-lhe que foi com agrado, mais uma vez, a mini feira do livro foi integrada na Feira Gastronómica, correu muito bem tenho pena que não tenha assistido.

Aproveitar este momento para lhe agradecer, o transporte para o passeio dos utentes da IPSS de Brasfemes e também agradecer ao senhor vereador da protecção civil, Dr. José Belo o subsídio aos Bombeiros Voluntário de Brasfemes para o equipamento de protecção individual. Obrigado à Câmara.”

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (Por Coimbra):

“Deixem que faça aqui uma referência e um desabafo. Entristece-me que na casa da democracia do Município de Coimbra, por vezes, hajam palavras e atitudes que ferem a dignidade dos órgãos que aqui estão presentes.

É a segunda vez que intervenho nesta Assembleia, mas já assisti a muitas Assembleias ao longo de muitos anos e custa-me imenso vez as pessoas a intervirem e por vezes a agredirem verbalmente colegas de bancada e também os órgãos que presidem esta Assembleia. Pedia que houvesse contenção, pedia que todos nós respeitássemos o papel que cada um desempenha na Assembleia Municipal.

Queria-vos dizer o seguinte sobre a Reforma Administrativa:

Não haja dúvida que o Partido Socialista nos deixou uma salada russa de todo o tamanho, queria-vos ler o Memorando apenas um parágrafo, em que o memorando de entendimento descreve as condições gerais de política económica tal como contidas na decisão do conselho sobre a concessão de assistência financeira, da União Europeia, a Portugal. Como sabem temos aqui também Fundo Comunitário Internacional.

No ponto nº3. 44 diz o seguinte:

“Reorganizar a Estrutura da Administração Local, existem actualmente 308 Municípios e 4.259 freguesias. Até Julho de 2012, o Governo desenvolverá um plano de consolidação para reorganizar e reduzir significativamente o número destas entidades.

O Governo implementará estas alterações que deveram entrar em vigor no próximo ciclo eleitoral, o que quer dizer que em 2013, estas alterações tem que estar concretizadas.

Reforçarão a prestação de serviços, públicos aumentaram a eficiência e irão reduzir custos.”

O Partido Socialista assumiu e negociou esta situação, o senhor Presidente não quis referir quem tinha assumido o memorando de entendimento esta situação, foi o Partido Socialista que negociou esta situação, e o senhor Presidente de Junta da Ribeira de Frades, fez aqui um intervenção extraordinária que eu aplaudo, como também o Presidente de Junta de Freguesia de Souselas, e que eu também estou de acordo com muita coisa que dizem, porque também estou de acordo que este processo não deveria ter sido conduzido da forma que está a ser conduzido. Mas, de facto, alguma coisa tinha que ser feita com base nesta situação que foi criada.

Só me admira que na altura a equipa negociadora, não esclareceu devidamente os técnicos, de que tipo de autarquias é que existiam em Portugal.

Já aqui foi afirmado que assim aconteceu numa reunião com a ANAFRE. Então porque razão é que, os partidos e os seus representantes, na altura própria não discutiram junto da Comissão esta situação porque ela estava no memorando antes dele ser aprovado, o facto é que não foi discutido!

Quero aqui também dizer-vos, o Prof. Manuel Porto tem todo o meu apoio na acção que vai desempenhar junto da Comissão.

Daí que é muito importante que o Prof. Manuel Porto esteja, porque se não estivesse ele estava outra pessoa, que talvez não tivesse a sensibilidade que o Prof. Manuel Porto tem para estes assuntos, é um autarca de craveira, que tem dirigido esta Assembleia com saber, como dirigiu o Prof. Romero de Magalhães, o Dr. Santana Maia, nós temos que elevar as pessoas que nos estão próximas e que desempenham funções, que nos dirigem também nesta Assembleia.

Daí que felicito o Prof. Manuel Porto por ter tido a coragem de assumir a Presidência desta Comissão e que com certeza ele tudo fará com os seus

conhecimentos técnicos e com o seu prestígio para minimizar estragos que eventualmente possam vir a ocorrer se ele lá não estivesse.

Daí acho muito importante que ele esteja, acho que a equipa que com ele vai reunir para dirigir este processo, a ANAFRE acho muito mal não ter lá ninguém, a Associação Nacional de Municípios pelo que sei também ainda não tem ninguém indicado, mas devem indicar, até porque podem eventualmente conseguir que o processo seja adiado. Já foi adiado para Outubro, quando a situação pode ocorrer porque o ciclo eleitoral é dentro de um ano, pode correr um atraso que implique tecnicamente a impossibilidade de resolver o problema já.

Era isto que queria transmitir e espero que isto corra bem, espero que em democracia a gente discuta argumento e não se ataque as pessoas de forma injusta.”

Intervenção de Manuel Porto:

“Tenho o direito de dizer que, eu discordo! ...mas uma coisa pode ter a certeza, não tenham dúvida, não acredito e estou seguro que quem quer que lá estivesse, em vez de mim, fosse mais defensor do que eu. Provei na minha vida há 42 anos, não é de ontem é já de antes, portanto tenho escrito e feito, por isso nesse aspecto tenho a certeza absoluta.

Mais competente haveria, agora mais defensor não haveria ninguém que lá pudessem pôr!”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Botão:

“Traz-me aqui hoje algumas situações que dizem respeito à minha freguesia.

Espero que o senhor Presidente da Câmara me ouça sobre aquilo que vou aqui citar.

Como sabe recentemente houve o problema das escolas que estavam na iminência de fecharem duas escolas na freguesia, porque a Câmara não cumpriu o compromisso que tinha com a freguesia do Botão, com o Presidente de Junta e com os Pais.

Uma vez que, as escolas vão continuar a funcionar, tanto a de Botão como a do Paço, e se quer desenvolver o pólo escolar de Larçã para que as crianças sejam todas colocadas nessa zona, nisto sabe que a Junta de freguesia esta de acordo, os pais estão de acordo, simplesmente venho aqui pedir ao senhor Presidente, se de facto está na disposição de desenvolver as infraestruturas necessárias ao Centro Escolar de Larça para que as crianças usufruam das condições que os restantes alunos do concelho de Coimbra têm. Acho que as crianças têm esse direito.

O senhor conhece *in poco* daquela situação toda do centro Escolar. Sabe que não tem refeitório, embora exista uma infraestrutura que funciona como refeitório mas para que as crianças tenham o seu espaço e se sintam à vontade e exerçam as suas actividades extra curriculares, acho que para o ano não termos o mesmo problema, porque o vamos ter com toda a certeza se de facto não fizer as infraestruturas que faltam lá no Centro escolar, vamos ter as crianças amontoadas a continuar na maneira como estão. O refeitório, tem de ser montado e arranjado para as crianças possam almoçar; e depois voltar a desmanchar para as crianças continuarem as suas actividades, nem todas comem rápido.

Gostaria como o Senhor Presidente da Câmara sabe, que esta situação fosse desenvolvida e que se criassem as infraestruturas necessárias naquela zona, para que as crianças tenham aquilo que merecem para desenvolver a sua formação escolar.

Outro assunto, já foi prometido algum tempo o aceso à praia fluvial, o senhor Presidente quando fez a visita à minha freguesia em Janeiro, ficou encantado com a zona, e prometeu o aceso para que a praia fluvial começasse a ser desenvolvida.

Pergunto-lhe se, de facto, a Câmara está ou não está interessada, em desenvolver aquela zona, como sabe e como lhe foi explicado, todo aquele espaço foi oferecido à Junta de Freguesia, isto por relações que existiam por amizades antigas de famílias, não é muito mas são para cima de 8 hectares, e aos anos que o senhores são poder e até hoje não gastaram um cêntimo no desenvolvimento daquela zona, como o senhor Presidente sabe e viu e apreciou aquela zona por isto acho importante que aquela zona seja desenvolvida. Porque não é só a freguesia do Botão que usufrui daquela zona, há várias pessoas, alunos de outras freguesias que se deslocam para aquela zona para usufruírem do seu espaço de lazer para que não sejam perdidos noutras situações.

É uma zona muito bonita, como teve a oportunidade de verificar, por isso gostaria de saber se de facto a Câmara está ou não interessada em fazer o acesso aquela zona para que ela seja desenvolvida? Isto não pode morrer assim, tem que se resolver o problema, ou entregar os terrenos novamente aos proprietários e então fazer o acesso para se desenvolver aquilo. Penso que o concelho de Coimbra ganha por ter numa zona de lazer daquelas na parte norte do concelho. Se de facto não entende isso, tem que assumir que é para a Junta de Freguesia resolver o problema., porque se não é para desenvolver aquela zona entregamos o terreno ao dono. Não podemos esperar mais, não podemos pensar noutra coisa, já passaram muitos anos e foi prometido aqui e publicado nos jornais que a praia fluvial do Botão era para funcionar em 2003.

Temos um outro problema o acesso à praia fluvial temos p problema do pontão que atravessa o rio, nas alturas que há acidentes na IP3, só que não constata no local o problema gravíssimo que ali ocorrem com os camiões TIR e o afluxo de trânsito é desviado para ali. Isto já foi prometido à bastante tempo, está o projecto feito, só quero saber porque é que não avança. Existem obras noutros locais do concelho que avançam e na freguesia do Botão está tudo parado. Por isso, queria saber quais as razões que levam a que estas obras com um projeto aprovado não avancem naquela zona norte da Cidade.

Uma outra situação é a seguinte: A estrada que vai para a Mata de S. Pedro já tem uma semi penetração já há muitos anos e que está completamente desgastado. Como sabe, porque já lá passou várias vezes, são curvas e contra curvas, em tempo de inverno com a geada é extremamente perigoso, está à pedra à vista é manteiga a escorregar. Gostaria de saber se de facto é possível ou não meter um tapete uma vez que já foi pedido à Câmara e a Câmara neste momento anda a executar esses serviços noutra freguesias.

Na Estrada Nacional nº 336 com duas empresas de transportes internacionais, camiões, passam ali camiões com toneladas e toneladas de madeira que circulam

naquela freguesias a estrada está a ficar toda deteriorada, a estrada de Souselas ao Botão terá de levar obras senão vai chegar ao ponto de ficar intransitável.

Outra situação da freguesia é a questão de um Ecoponto, apelamos constantemente que na defesa do ambiente, na separação do lixo, aos anos que existem ecopontos, pois já pedimos há bastante tempo um ecoponto para a Povo do Loureiro, onde existe um restaurante, como sabem um restaurante tem vários tipos de lixos e vai tudo para o mesmo contentor. Acho que isto não pode continuar assim, não são estas pequenas coisas que põem risco a situação económica da Câmara. Penso se, se resolver isto equilibradamente as condições melhoram na freguesia da Botão.”

Intervenção do Presidente de Câmara:

“Vou rapidamente fazer duas ou três notas em relação àquilo que aqui foi dito: A questão dos mega-agrupamentos, sobre isso já falei mais do que uma vez e disse exactamente o que achava sobre isso.

A decisão sobre esse assunto e sobre a questão do encerramento das escolas, não é do Município, é uma decisão que o Governo toma, através das suas delegações regionais.

Nós fizemos o nosso trabalho, foi dizer qual era a nossa opinião, até fizemos mais do que aquilo que éramos obrigados.

Não era estritamente necessário para cumprir a lei que o ouvíssemos o Conselho Municipal da Educação, mas entendemos que deveríamos fazer como é evidente. A posição do Conselho Municipal de Educação foi absolutamente unânime e a Câmara toda, adoptou-a como sua. Sobre isto, não há dúvida.

Portanto, sobre esse assunto não preciso de estar a falar todos os dias, toda a gente sabe o que é que eu penso, e toda a gente sabe o que é que a Câmara Municipal de Coimbra, em todo o seu conjunto pensa sobre essa matéria.

Gostava de dar uma pequena nota para perceberem o que se está a passar neste momento em Portugal e que afecta o município de Coimbra como afecta todos os municípios.

Na última semana fomos todos os Municípios da Região Centro, surpreendidos por qualquer coisa que nos parecia imagináveis algumas semanas atrás. Apesar de, durante muito tempo ter sido explicitamente dito aos municípios: “atenção”, os fundos comunitários, o QREN, está a chegar ao fim, há uma parte significativa do dinheiro do QREN que não se vai gastar e portanto convidam-se os Municípios, pelo menos aqueles que têm condições financeiras para isso que, é o caso do de Coimbra, convidam-se os Municípios a terem prontos os projectos para quando se perceber quanto dinheiro sobra, para estarmos à frente dos outros.

Não queiram saber o que é que tem sido os últimos meses nesta Câmara a preparar projectos, a lançar concursos alguns vêm a público outros não, a ter centros escolares preparados para ter tudo pronto e avançar. De repente na semana transacta o Governo convoca através da Comissão de Coordenação da Região Centro da Gestão Operacional, convoca os Municípios e diz-lhes, não só, não vai sobrar dinheiro, como uma boa parte daquele que já estava comprometido, inclusive com os Municípios tem de ser retirado. É bom que todos nesta sala tenham consciência disto. Como é que é possível gerir o que é que seja desta maneira, andamos todos a trabalhar para o “boneco”, não é o caso

do trabalho é o problema que estivemos a preparar um conjunto de obras que são importantes para a população de Coimbra.

O segundo exemplo, hoje de manhã estive, o vereador Francisco Queiroz não esta presente nesta Assembleia por causa disso, estive na abertura de um Seminário organizado pela Câmara Municipal de Coimbra, sobre o Plano Local de Habitação. Esteve presente nesse Seminário o Presidente do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, que há muitos anos gere um programa chamado Pró-Habita. No caso do município de Coimbra o pró-habita é um programa a medias entre Câmara Municipal e Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana em que, especialmente para a recuperação do património habitacional do município, tem 7 anos este programa, tem um conjunto de condições, em que a Câmara faz os projectos, as obras vão-se fazendo, 50% das obras de recuperação do parque habitacional municipal 50% é pago pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, o restante é a medias entre o esforço próprio do Município e um empréstimo especial do Banco Europeu de Investimentos para pagar esse tipo de obras. Isto tem sido nos últimos 7 anos e há conta disto já se recuperou metade do Bairro de Celas, uma parte importante da Fonte do Castanheiro, que é património municipal, são casas que têm inquilinos, a Câmara é senhoria dessas casas e não tem as casas em condições e portanto o que é nos últimos 2 anos andou o Departamento de Habitação a fazer. Andou a preparar os projectos, para se poder agora avançar com a obra, foi feito o concurso, foi escolhida a empresa, a obra está adjudicada, por exemplo a do Bairro de Celas a da Fonte dos Castanheiros. A notícia de hoje de manhã diz o Presidente do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, temos muita pena mas não há dinheiro e não vamos poder cumprir a nossa parte.

Poderia dar mais alguns exemplos desgraçados deste género, estou a dizer isto, para que, se perceba bem o problema em que o país está metido com estas consequências, agora estamos a ver se é possível, nós não podemos deixar de recuperar casas de que somos senhorios e deixá-las cair. Ainda para mais metade do bairro já foi recuperado, mas a comparticipação a 50 % que há 7 anos que o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, ia pondo neste projectos vem dizer-nos que não tem dinheiro.

É neste país, desta maneira que estamos hoje a viver. E por isso, pede-se a todos nós autarcas de freguesias de municípios, que tenhamos cada vez mais imaginação para dar a volta a estas dificuldades que aparecem e que estão a aparecer nas últimas semanas de forma completamente inesperadas há 1 mês atrás.

Quer isto dizer que vamos parar tudo? Não! Mas vamos que ser ainda mais rigorosos do que estávamos a ser, ainda mais minuciosos na forma de escolher o que se pode e o que não se pode fazer.

Porque a maior parte das ajudas com que temos vindo a contar neste momento, pura e simplesmente estão a desaparecer.

É bom que todos tenhamos consciência disto, eu percebo que todos queremos mais qualquer coisa, ninguém quer a sua terra parada, mas é neste país assim onde até os compromissos assumidos há anos estão a ser esquecidos, por absoluta falta de dinheiro no país é neste país assim que nós vivemos hoje! E é com este país que vamos ter que viver nos próximos tempos. Por isso, o exercício autárquico, quer nas freguesias quer nos municípios, vai certamente ser muito mais difícil nos tempos que aí vêm.”

O Presidente da Assembleia disse que todos tinham conhecimento para utilizar a **plataforma electrónica**, quer para efeito das convocatórias quer para os documentos. Quem tiver dúvidas um representante de informática dá um apoio.

Aprovação de acta:

Previamente distribuída a minuta da acta da última Assembleia realizada a 26 Abril, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Presidente da Assembleia leu e colocou à votação as moções apresentadas à Mesa e atrás transcritas:

Moção apresentada pela CDU em Defesa do Serviço Nacional de Saúde

Aprovada com 37 votos a favor, 10 abstenções e 1 voto contra.

Moção apresentada pelo BE sobre Novo Código de Trabalho.

Aprovada com 27 votos a favor, 5 abstenções e 17 votos contra.

Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:

Nos termos da al. e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro não foi distribuída aos membros da Assembleia a informação escrita acerca da actividade da câmara bem como a situação financeira.

Ponto 2 - Plano Director Municipal - 4ª alteração:

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria, (59 votos a favor e 2 abstenções) e sob proposta da Câmara datada de 7 de maio último, aprovar a 4ª alteração ao Plano Director Municipal de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

O Presente processo dada a sua extensão fica apenso a presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 3 - 2ª Revisão Orçamental dos SMTUC - retificação de deliberação:

Solicita a Câmara Municipal através da deleliberação tomada no passado dia 11 de Junho, retificação da sua deliberação nº5087/2012 de 16/4/2012, sobre o assunto mencionado em epígrafe.

Neste sentido, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, retificar também a sua deliberação tomada em 26 de abril último, passando a mesma a ter a seguinte redação:

Aprovar 2ª. Revisão Orçamental dos SMTUC 2012 que configura uma revisão ao orçamento de 2012 e é elaborada em conformidade com o estabelecido na alínea a) do nº 8.3.1.4. do POCAL e no cumprimento de todo o disposto na Lei nº 169/99, de 18 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei nº 67/2007 de 31 de dezembro e que se caracteriza

pelo aumento global da despesa e da receita para utilização do saldo de execução orçamental apurado no exercício de 2011.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 4 - Aquisição de gasóleo ao abrigo do acordo quadro ANCP 2.2 – combustíveis rodoviários a granel - Procedimento nº 1260/2012 – SMTUC:

Sob proposta da Câmara Municipal datada de 11 de Junho, foi deliberado por unanimidade, autorizar o ato de abertura do “Procedimento nº 1260/2012 – aquisição de gasóleo ao abrigo do acordo quadro ANCP 2.2 – combustíveis rodoviários a granel” nos termos já aprovados pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra em 30/05/2012 e aprovar a repartição de encargos, de acordo com o determinado nos nºs 1 e 6 do art. 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, e alínea c) do nº 1 do art. 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, inerentes ao respetivo processo para os anos de 2012, 2013 e 2014, a saber:

- 2012 – valor de 601.949,51€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- 2013 – valor de 3.662.039,18€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- 2014 – valor de 3.060.135,71€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 5 - SMTUC-Assunção de compromissos plurianuais – autorização prévia genérica da Assembleia Municipal:

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“Venho aqui porque se verifica as dificuldades financeiras que os SMTUC atravessam, não é de hoje, é de há muitos anos.

E há um tempo atrás via nas traseiras dos autocarros, não em todo mas em alguns, a comparticipação financeira do Governo para os SMTUC.

Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara ou alguém que possa explicar qual foi a comparticipação do Governo para financiamento dos SMTUC, para 2011.

É evidente que sei das dificuldades que o senhor Administrador passa, mas também gostaria de ver espelhado nos autocarros a mesma frase, de que: em 2010 - zero, em 2011 zero. Assim havia coerência e transparência na informação aos munícipes.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Não se trata de tanto de estabelecer uma direcção de voto mas fundamentalmente, mais uma vez, chamar a atenção à Mesa da Assembleia Municipal em relação à fundamentação das propostas que nos são trazidas.

Há aqui uma informação genérica que, faz uma proposta de aprovação, uma autorização prévia genérica para certos e determinados custos, cuja rubrica económica é aqui determinada. Eu penso, que isto é curto para uma correta deliberação desta Assembleia. Tem de ser acautelado porque locação de outros bens, não é uma forma de explicitar e fundamentar a esta Assembleia, porque razão é que há-de autorizar genericamente estes custos, independentemente, não pôr a questão razoabilidade até a necessidade de isso ser feito. Há aqui um défice de fundamentação que eu acho mais uma vez devo alertar à Mesa desta

Assembleia tem de cuidar. Não podemos continuamente aprovar quase que no escuro este tipo de autorizações.”

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, sob proposta da Câmara Municipal datada de 18 de Junho do mesmo ano, por maioria (com 52 votos a favor e 9 abstenções), autorizar o total dos compromissos assumidos pelos SMTUC no corrente ano, com encargos para os anos de 2013, 2014 e 2015, a seguir descritos:

Rubrica Económica		2012	2013	2014	2015
D020208	D.C. - Locação de outros bens	64.910,70	8.094,93	1.977,84	494,46
D020209	D.C. - Comunicações	239,96	91,48	0,00	0,00
D020218	D.C. - Vigilância e Segurança	36.000,01	72.000,02	36.000,01	0,00
D020220	D.C. - Outros trabalhos especializados	15.770,65	17.389,94	4.836,56	1.621,52
D020225	D.C. - Outros serviços	51.992,95	33.194,36	0,00	0,00
D030601	D.C. - Outros encargos financeiros	10.241,16	3.413,72	0,00	0,00
TOTAL		179.155,43	134.184,45	42.814,41	2.115,98

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 6 - AC - Águas de Coimbra, E.M. - isenção de IMI:

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“É um pouco da sequência do que disse antes, é que mais uma vez, independentemente, já agora, para não ser tudo negativo, penso que a fundamentação desta proposta está muito bem feita do ponto de vista jurídico, e há aqui um avanço qualitativo que me apraz registar.

Só que, mais uma vez, fazem a fundamentação da proposta e a deliberação mas eu não reconheço o requerimento que a funda. Ou seja, trazem-nos a deliberação mas não trazem a razão de ser dessa deliberação. Até porque uma dúvida se coloca a nós deputados municipais e naturalmente a todos os munícipes é havendo uma possibilidade uma prerrogativa de uma empresa municipal beneficiar uma redução dos seus custos, porque carga de água e aquém se deve chamar à responsabilidade de não ter sido utilizado antes esta redução de custos. Há aqui duas questões.

Mais uma vez uma falta de fundamentação, ou pelo menos um défice de fundamentação das propostas que nos são aqui trazidas. Independentemente do nosso ponto de vista ser perfeitamente razoável que se conceda a isenção de IMI

a esta empresa municipal. O requerimento não está cá e muito menos nos é explicado porque só agora se recorre a esta prerrogativa legal.”

Intervenção do deputado municipal Torres Farinha "Pina Prata, Agora Sim":

“São duas dúvidas que gostava que fossem respondidas.

1- Qual é o valor concreto do IMI?

2- Sendo o IMI uma receita municipal, deixando à empresa das Águas de a pagar então esse valor acresce ao resultado líquido. Se acresce ao resultado líquido, significa que são mais impostos que vão para o Governo Central e ficam menos na Autarquia?”

O Presidente da Câmara respondeu de imediato ao deputado

Independentemente dos valores que possam ser apurados corresponde aos edifícios que as “Águas de Coimbra” têm como seu, depois há medida que for havendo passagem de depósitos de água do município para as “Águas de Coimbra” pode vir eventualmente variar esse valor.

Mas, talvez o mais importante é percebermos de alguma maneira uma vez que a empresa é 100% do Município, no fundo estamos a tirar dinheiro do bolso esquerdo e a pôr no bolso direito ou vice versa, o efeito de conjunto em princípio é razoavelmente nulo, é bom que todos tenhamos essa noção aqui nesta sala.”

Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara datada de 18 de Junho do mesmo ano, deliberou, por maioria (com 55 votos a favor, 2 votos contra e 5 abstenções), autorizar a isenção do pagamento de IMI relativamente a todos os prédios adstritos e a afetar aos sistemas municipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, em ambos os casos através de redes fixas, e ainda à rede hidrográfica municipal nos aglomerados urbanos, feito pela AC, Águas de Coimbra, EM, por um período de 5 anos, renovável por mais um período de 5 anos, por se tratar de uma empresa municipal cujo capital é detido a 100% pelo Município e nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 12.º da Lei das Finanças Locais;

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 7 - Parque Tecnológico de Coimbra - 2ª.Fase - declaração de utilidade pública:

Para o assunto mencionado em epígrafe, foi apresentado o processo devidamente instruído pelos serviços competentes, solicitando a esta Assembleia Municipal a declaração de utilidade pública das parcelas de terreno ali identificadas, bem como a expropriação das mesmas com carácter de urgência e autorização para a tomada de posse administrativa, nos termos da lei e com a seguinte fundamentação.

O Plano de Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra, adiante designado por PPPTC, foi aprovado pelas deliberações da Câmara Municipal, de 8 de Novembro de 2011 e da Assembleia Municipal, de 27 de Dezembro de 2011 e publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 33, de 15 de Fevereiro de 2012.

O Parque Tecnológico de Coimbra (PTC), que incide sobre uma área de 987.428,00 m², pertencente às freguesias de Antanhol e S. Martinho do Bispo, é reconhecidamente um equipamento de capital importância para a ligação eficaz entre a Universidade e o mercado de trabalho, valorizando e potenciando capacidades instaladas ao nível do conhecimento.

A sua concretização “...assume-se como fundamental para o desenvolvimento económico sustentável do Concelho e Região de Coimbra, na óptica da inovação industrial e empresarial. Neste âmbito, representa uma atitude concreta ao nível da expansão dos segmentos de mercado que recorrem a tecnologias avançadas, ao aumento da competitividade e pela implantação, ampliação, modernização e realocação de empresas industriais de base científica e tecnológica. Acresce a dinamização do mercado de trabalho pela atracção de investimento e criação de emprego, podendo transformar Coimbra num pólo nacional exportador de tecnologia.” (vide artigo 2º do Regulamento do PPPTC)

A importância e relevo deste empreendimento implicaram o envolvimento, em simultâneo, e por iniciativa do próprio Executivo Municipal, de todas as entidades e empresas operadoras de infraestruturas, quer na busca articulada das soluções mais adequadas, quer na execução dos respectivos projectos para o desenvolvimento do Loteamento Coimbra inovação Parque – 1ª Fase aprovado, cujas infraestruturas e Via de Acesso estão já executadas (vide Relatório do PPPTC).

O Parque Tecnológico de Coimbra ficará munido de instalações, equipamentos e investigadores em unidades de I&D ligadas à Universidade, a institutos públicos e privados com núcleos sedeados em Coimbra, proporcionando o desenvolvimento de projectos nas mais diversas áreas.” (vide Plano de Financiamento do PPPTC).

Em face do exposto, pretende-se desencadear o processo administrativo de expropriação por utilidade pública, com carácter urgente e autorização para a tomada de posse administrativa das parcelas necessárias ao PTC – 2ª Fase.

A previsão dos encargos com a expropriação de 159 parcelas, identificadas no quadro e plantas parcelares em anexo, é de € 3.242.190,51 (três milhões duzentos e quarenta e dois mil, cento e noventa euros e cinquenta e um cêntimos) e tem por base as avaliações efectuadas por perito da lista oficial, de acordo com o n.º 1, alínea c) e n.º 4 do artigo 10º do C.E.

Neste sentido, a Câmara Municipal em sua reunião realizada em 18/06/2012 deliberou solicitar a esta Assembleia Municipal a declaração de utilidade pública com carácter de urgência e autorização para a tomada de posse administrativa das parcelas de terreno mencionadas, nos termos do disposto nos artigos 10º, 12º, 13º, 14º e 15º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº168/99 de 18 de Setembro, com os fundamentos atrás referidos.

Assim, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, e com a competência que lhe é conferida nos termos do artigo 14º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº168/99 de 18 de Setembro, aprovar a declaração de utilidade pública, a expropriação com carácter de urgência e a tomada de posse administrativa das referidas parcelas de terreno e necessárias à construção desta via.

Mais foi deliberado aprovar os elementos constantes do processo e necessários à instrução do mesmo, fazendo parte integrante desta acta.

Ponto 8 - Prémio Edmundo de Bettencourt (Canção de Coimbra) – novo regulamento:

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 18 de Junho, aprovar o Regulamento Prémio Edmundo de Bettencourt - 2ª série (Canção de Coimbra), o qual faz parte integrante desta acta.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 9 - Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade:

Intervenção do deputado municipal André Dias Pereira (PS):

“Apenas chamar a atenção, o que vou dizer prende-se com este ponto e também com a questão das taxas municipais.

Tenho conhecimento de que alguns estabelecimentos têm isenção, acho bem que haja algumas isenções, mas quem tem isenções de taxas deve ter contrapartidas.

A ideia que vinha aqui transmitir é a seguinte:

Se um determinado estabelecimento tem isenção para ter designadamente uma esplanada, por exemplo na Baixa de Coimbra, devia ser obrigado a que essa esplanada estivesse aberta para os turistas que nos visitam pelo menos até às 23horas.

Porque efectivamente ter isenção da taxa e depois chega-se as 19 horas e fecham as esplanada, vêm os turistas e é desolador ver que nem sequer se podem sentar numa esplanada.

Portanto, pedia aos serviços da Câmara, quando no âmbito do seu poder discricionário, atribuisse isenções, exigissem essa contrapartida, que as esplanadas se mantenham aberta, pelo menos até às 23horas.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“O senhor deputado André tem ouvido nas Assembleias as minhas intervenções sobre essa matéria, não vou repetir, estou plenamente de acordo.

De facto tem sido objecto de conversa entre mim e o senhor Presidente da Câmara esta questão das Esplanada e Ocupação dos Espaços Público, o meu problema aqui, é tão só este:

É que nós aprovamos os regulamentos municipais, e depois o seu cumprimento é zero!

Eu fazia um apelo ao senhor Presidente da Câmara, até porque já temos uma coisa chamada Polícia Municipal, que tem no seu corpo a fiscalização, que nesta matéria depois de aprovar este regulamento municipal, que estou seguro que será aprovado, que depois a sua eficácia seja efectiva, porque assim não o sendo, só estamos aqui a perder o nosso tempo.

Em relação às esplanadas dizer mais, nas isenções relativas às esplanadas eu ía mais além. É que as esplanadas também têm de ter uma estrutura das mesas, das cadeiras e dos próprios guarda-sóis homogéneos, uniformes. Não podemos ter esplanadas com publicidade a cafés ou cervejeiras. Esta recomendação penso que é pertinente e que deve existir.”

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria (38 votos a favor e 23 abstenções) e sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 21 de

Junho, aprovar o Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade, o qual faz parte integrante desta acta.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este regulamento dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 10 - Regulamento da Venda Ambulante do Município de Coimbra:

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“Mais um regulamente interessantíssimo para a Freguesia de S. Bartolomeu e para a Freguesia de Stª Cruz.

-Prende-se efectivamente com a ineficácia dos Serviços de Fiscalização da Câmara Municipal de Coimbra, ou seja, a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu já mandou vários ofícios no que diz respeito à venda ambulante, à anarquia instalada na Praça do Comércio, é uma vergonha para a Cidade de Coimbra a forma como as pessoas estão ali a vender, aquilo não parece uma feira de venda ambulante mas outra coisa qualquer.

Agora vim a saber, que o Município de Coimbra deixou de emitir essas licenças dos seus operadores que estão lá e provavelmente com este regulamento as coisas irão modificar-se, pensamos nós, mas, o que me trás aqui mais é o seguinte:

Não parecia mal que fossem chamadas as Juntas de Freguesia, a participar neste processo de forma a emitir parecer sobre os vendedores ambulantes. Talvez aqui, nós Juntas de Freguesia, poderíamos dar uma mais valia e maior seriedade à emissão dos cartões de venda ambulante, nós pensamos que era útil a participação das juntas na atribuição destes cartões para evitar exactamente o que está a acontecer no Bota Abaixo, o que está a acontecer na Praça do Comércio e noutros locais da Cidade.

Deixo esta recomendação ao senhor Presidente da Câmara, à senhora Vice-Presidente, penso que aqui também tem uma intervenção muito forte na relação da venda ambulante, até porque nos espaços da relação pública onde há actividades culturais e penso que aqui também o Município poderia servir-se se é que as freguesias são úteis, servisse da mais valia que nós temos em relação aos vendedores ambulantes na Baixa de Coimbra.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa. Clara:

Aquilo que quero dizer sobre a venda ambulante, é que na Praça das Cortes tenho lá uma quantidade de barracas a vender todo o tipo de coisas, uma delas estava na Praça da República, foi para Stª Clara por um tempo indeterminado, ou determinado que eram 3/4 meses já lá vão 6/7 anos, além de conspurcar já tem acontecido situações de tiroteio e outras coisas. Tenho alguma preocupação aqui com a vigilância, e com a apertar das regras deste lado da Cidade que a venda ambulante vá para lá toda e até com conhecimento da Câmara. É sugestão que os técnicos da Câmara fizeram, por exemplo, ao senhor do Psicológico que era o que estava na Praça da República, que fosse para Stª Clara para aliviar e não parecer tão mal na Praça da República.

Se parece mal na Praça da República também parece mal na Praça das Cortes!

Já agora gostava de lembrar, daqueles períodos de venda ambulante sazonal. Por exemplo estamos agora com as Festas e com a Procissão Rainha Santa, há munícipes que já foram à Junta de Freguesia pedir autorização para a venda de flores, é só uma vez de 2 em 2 anos. A Junta não pode dar autorização mas passa um documento a dizer que não se opõe, é única maneira que vejo de que as pessoas estejam num período curto a vender as flores, não prejudica o Município nem ninguém.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais:

“Telegraficamente para dizer que concordo com aquilo que o Presidente de Junta de S. Bartolomeu disse. Também a Junta de freguesia de Santo António dos Olivais pensa que nestas situações as freguesias devem ser ouvidas.”

Posto à votação, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, sob proposta da Câmara de 21 de Junho por maioria (30 votos a favor e 31 abstenções) e sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 21 de Junho, aprovar o Regulamento da Venda Ambulante do Município de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este regulamento dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 11 - Regulamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem do Município de Coimbra:

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Naturalmente que percebo a necessidade de regular o funcionamento mas, naturalmente que a CDU vai votar contra, porque desta forma estaria a viabilizar a abertura das Grandes Superfícies durante todos os dias entre as 6 da manhã e as 24 horas, matéria sobre a qual já nos pronunciámos publicamente e estamos absolutamente contra.

Achamos que, o debate público sobre esta matéria urgia, não faz sentido nenhum impor-se desta forma mais ou menos encapotada a abertura das Grandes Superfícies Comerciais, todos os dias da semana entre a 6 da manhã e as 24 horas, isto para quem tenha dúvidas é o “sexto grupo dos estabelecimentos comerciais independentemente do tipo de actividade comerciais prosseguida que atinjam uma área de venda ao público superior a 1.000 m2.

Que este sexto grupo fica autorizado estar aberto entre a 6 e as 24 horas todos os dias da semana.”

Não podemos estar de acordo com uma proposta deste tipo, penso mesmo que para além da agressão brutal que existe para os trabalhadores é um absurdo para o pequeno comércio, para os pequenos e médios comerciantes, a manutenção destas autorizações, temos que estar absolutamente contra e só admitimos isto por um lapso, mais ou menos involuntário de quem faz a proposta.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“Senhor Presidente há aqui um problema, que tem a ver com alguma indefinição. Gostaria que o Executivo Camarário definisse o que são cafés, e o que são bares?

É que há aqui uma grande confusão com este tipo de horários dos cafés e dos bares.

Concretamente tenho na minha freguesia um café que estava a fechar às 2 da manhã, e depois tenho a 10 metros, um bar que fecha às 4, ou 5, ou 6 da manhã depende do tipo de clientela.

A Câmara deveria criar zonas específicas, de conflito em que se confunde o descanso com o divertimento. Aqui é que é o problema, ou seja, eu na freguesia de S. Bartolomeu aqui na Baixa de Coimbra tenho estes dois problemas! Parece-me que aqui neste regulamento, se mistura um bocado a diversão com o descanso das pessoas.

Pergunto, como é que querem atrair pessoas à Baixa de Coimbra, quando querem abrir bares até às 4 da manhã e discotecas até às 6 horas da manhã. Pois na minha zona só tenho a ver com cafés e com os bares.

A Câmara não definiu ainda qual é o horário para os cafés e qual é o horário para os bares! Portanto, com este regulamento assim como está feito eu votarei contra e espero que a bancada do Partido Socialista siga este sentido de voto porque de facto enquanto não se especificar convenientemente as coisas não me parecem corretas.”

Intervenção do deputado municipal Carlos Pinto (PS):

“Cada vez que venho aqui é para falar dos barulhos e dos bares.

Vou votar contra, porque como todos nós sabemos há situações na Alta sobre os bares em que as pessoas querem dormir, ter o seu sossego e não podem.

Estive a ler atentamente este regulamento para a abertura dos bares que vão até às 4 da manhã. Nós temos reclamações de munícipes da Alta em que as pessoas querem sossegar até às tantas da manhã e não conseguem com o barulho dos bares e das pessoas que ficam nas ruas a fazer distúrbios. Vou, votar contra, não pactuo com esta situação e espero bem que a Câmara tome atenção a esta situação e nós mais uma vez tentamos pedir às pessoas para residirem na Alta mas assim não é possível desta maneira.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz:

“Venho reforçar o pensamento dos dois colegas que me antecederam, precisamente por causa do sossego.

Efectivamente a Baixa da Cidade de Coimbra está praticamente despovoada, e quando nós queremos, nós, autarquia e como cidadãos queremos trazer não pessoas à Baixa mas pessoas para a Baixa, não aquelas pessoas que vêm ver uns copos fazem barulho destroem em tudo, sinais de trânsito, contentores do lixo tudo o que lhes aparece à frente, um certo vandalismo durante a noite, acho que nós devemos querer é sossego, porque há pessoas que trabalham, há pessoas que estudam e até inclusivamente na rua da Sofia há uma Casa de Saúde, um Lar da Terceira Idade, às terças e quintas feiras ninguém consegue sossegar tem sido uma desgraça.

Portanto, vou votar contra não só efectivamente por causa dos horários até às 4 da manhã mas mais ainda, mesmo que fosse até às 24 horas pois as pessoas que ficam nas ruas são as que fazem o desassossego para as populações.

Como disse o colega que me antecederam e bem, nós temos que arranjar condições de vida para as pessoas virem morar para o Centro da Coimbra e não para despovoar o centro da cidade.

Penso que esses bares ficam bem nas margens do rio onde não habita ninguém.”

Intervenção do deputado municipal André Dias Pereira (PS):

“Compreendo que nós estamos aqui eleitos pelo voto popular e cada um responde perante o seu eleitorado, compreendo as palavras que têm sido ditas. Até consigo imaginar o que seria esta Cidade se de facto, seria uma cidade realmente muito interessante se conseguíssemos ver-nos livres dessa gente desagradável ou que vem ocupar os restaurantes da Baixa, que vem ocupar os bares, enfim até as pessoas que vêm habitar na Cidade, seria muito interessante poderíamos ter muito lares de idosos, a Rua da Sofia seria um grande lar de idosos, teríamos toda a freguesia de S. Bartolomeu com grande repouso com grande descanso, portanto consigo imaginar essa cidade, a mesma cidade que ao mesmo tempo como foi aqui chamado a atenção com este regulamento iria ter trabalhadores das 6 às 24 horas com contratos de trabalho precário, muitas vezes pagos com fundos da Segurança Social a trabalhar nas grandes superfícies, e seria de facto uma cidade muito interessante, mas, não era Coimbra, porque Coimbra que eu sempre vivi, e Coimbra que eu gosta de viver é aquela que tem 20 mil ou 30 mil estudantes é aquela que gostava que fosse muito mais dinâmica que rivalizasse não como algumas cidades do interior espanhol abandonadas desertificadas, ou do interior do país de Portugal... que gostava mais de rivalizar com uma cidade como Salamanca, como cidades Austríacas, Suíças, etc. em que efectivamente com civismo com educação mas que pudesse haver lugar para nos centro da cidades, eu identifico o centro da cidade que vai desde o casco de Stª Clara até a Celas, com grande vida nocturna. Houve um investimento por parte da nossa comunidade fazer teatro aqui, tem havido investimentos, vários e é essa cidade com civismo com educação que gostava de viver.

Temos a Polícia Municipal, para controlar as situações, mas não me revejo minimamente, tenho que o dizer com frontalidade aos senhores Presidentes de Junta, na perspectiva que permanentemente falando com voz firme porque estão eleitos pelo povo com essa força do voto popular a defender a pacatez, o silêncio, a resignação, os lares da 3ª idade, aqui nesta zona. Contra isso estarei sempre.

Mas também vou votar contra o regulamento, não por causa dos bares à noite, mas por causa exactamente dessa situação que me parece que se calhar não foi um lapso, mas há qualquer situação um pouco esclarecida, e gostava que fosse esclarecida antes de ser posto à votação. É se realmente querem abrir as grandes superfícies nesta Cidade, das 6 horas da manhã às 24 horas, incluindo ao domingo? Porque se há valores que temos que respeitar é o direito efectivamente ao descanso de todos os trabalhadores, mesmo os que trabalham no comércio das grandes superfícies e valorizar outro tipo de actividade para o domingo. Acho que Coimbra poderia ser um pouco diferente, valorizar ao menos o domingo à tarde, para fazer outro tipo de coisa que não simplesmente o consumismo que apenas alimenta a degradação da nossa balança de pagamentos externos. Queria que se clarificasse isso!

É saber se com este regulamento estamos a admitir que as grandes superfícies abram das 6 da manhã às 24 horas, esta é a questão fundamental.”

Intervenção do deputado municipal Hugo Rodrigues (Por Coimbra):

“Penso que Coimbra é uma Cidade de estudantes, obviamente temos que conciliar a vida nocturna a todo o espírito de Coimbra com as pessoas que residem nas zonas dos bares. As situações que os Presidentes de Junta vieram aqui falar, penso que são excessos e para isso penso que existe a fiscalização, para resolver esses problemas. Acho que devemos ver isto como um claro sinal deste Executivo de ordenar uma área que está com alguns problemas, acho que este regulamento é um compromisso deste executivo em tentar resolver essa situação e conciliar a vida nocturna com as pessoas que residem nestas áreas, por isso vou votar a favor.”

Intervenção do Presidente de Câmara

“Acho que, o assunto a qual rege este regulamento de facto é importante. É importante e merece uma reflexão, com todos os dados dos senhores deputados municipais que aqui estão.

Primeiro ponto que gostava de referir. Nós estamos numa Cidade onde não é fácil é um exercício sempre difícil conciliar duas coisas.

Por um lado, temos uma cidade estudantil, uma cidade animada, uma cidade por causa disso tem uma notoriedade muito para além das fronteiras de Portugal, essa cidade animada que temos, uma cidade jovem, uma cidade estudantil, é um fator de competitividade, não tenho dúvidas em dizê-lo, de competitividade da nossa Cidade e que temos o dever de preservar!

Este é um dos lados da equação que temos sempre pela frente.

Até porque toda a actividade económica, não apenas a directa, não estou só a pensar nos empregados dos bares, estou a pensar em toda esta actividade, a dinamização cultural que advém do facto de termos uma cidade que é animada, onde as pessoas possam beber um copo às 2, ou 3 da manhã. Na minha opinião repito é muito importante que isso se possa manter.

Do outro lado temos outro aspecto que não pudemos negligenciar. Esta também é uma cidade onde as pessoas trabalham e se trabalham tem que descansar. Portanto, o equilíbrio difícil que temos de conseguir fazendo, é entre estes dois aspectos.

Este regulamento vem aqui, porque entrou já em vigor embora esteja à espera de pequenas diligências legais que ainda não ocorreram, entrou em vigor o regime do licenciamento zero. Se não fosse isso provavelmente não teríamos mexido neste assunto. No novo regime do licenciamento zero muda radicalmente a forma como a Câmara fiscaliza e licencia tudo o que seja actividade económica no nosso Município.

A partir de agora, eu abro um restaurante um café ou uma loja e desde que escolha, por exemplo, no caso dos horários desde que escolha para hora de abertura e de encerramento um período que esteja dentro dos limites contidos neste regulamento eu só tenho que abrir e não tenho sequer que pedir mais o horário à Câmara, dentro que esteja dentro dos limites, não é assim em Coimbra, é assim com o licenciamento zero. O que se pretende aqui é por essas balizas, dentro das quais automaticamente, qualquer cidadão que inicie uma actividade económica pode começar a funcionar.

Quer isto dizer, o quê? Naturalmente essas balizas de que é aquilo que aqui se trata digamos são as máximas e podem também ser alargadas, quando se diz tudo o que é estabelecimentos se restauração, bebidas e por aí fora pode abrir até às 2 horas da manhã, por exemplo, estamos a falar da noite é o período que

tem mais problemas. Isto quer dizer, que automaticamente qualquer novo estabelecimento, vai haver um técnico que diga que está tudo nos conformes, e a partir desse momento o estabelecimento abre sem pedir nenhuma licença de utilização à Câmara porque deixa de o ter que o fazer, e desde que esteja aberto apenas até às 2 horas da manhã não tem que fazer mais nada.

Há alguns que podem estar aberto até as 4 horas da manhã, esses sim, tem que pedir um alargamento de horário; e aí sim, pela primeira vez a Câmara tem a possibilidade de ver se aquele estabelecimento quer passar das 2 da manhã para às 4 horas da manhã cumpre ou não cumpre das condições para poder estar aberto até às 4 horas da manhã. Em termos de sonorização, de segurança, de um conjunto de outras matérias.

Portanto, isso nem sequer quer dizer, que todos os estabelecimentos vão fechar às 2 horas algumas poderão vir a funcionar até às 4 horas mas para poderem alargar os seus horários vão ter que ser, aí sim, finalmente excepcionados pela Câmara coisa que até às 2 deixa de acontecer. É bom que todos aqui tenham essa noção.

Diria assim, se este regulamento não passar, o que ia acontecer e chamo aqui a atenção para quem estava a argumentar ao contrário, vai ficar tudo na mesma, não mexe nada, mas se passar, nós vamos poder finalmente, ter algum instrumentos, para nos alargamentos de horário apenas dar o alargamento de horário a quem tem condições para o ter. Repito já o disse no início, considero muito importante manter o maior número possível sobretudo em algumas zonas da Cidade que se tornaram ponto de afluxo de gente jovem durante boa parte da noite é muito importante manter todas estas ofertas, evidentemente respeitando ao máximo, os limites daqueles que também querem descansar, dormir.

Falei com muita gente ligada aos negócios, digamos da noite de Coimbra, e todos me diziam basicamente o seguinte:

É muito importante manter este espírito em Coimbra, e também todos me dizia uma coisa que eu a qual estou de acordo, vem dos próprios, mas é preciso que se ponha alguma ordem num certo caos que se instalou, nomeadamente por falta de fiscalização. Ora, a partir de agora com os licenciamento zero, o ónus de fiscalizar mais activamente caia mais sobre a Câmara Municipal. Esse regulamento, no fundo estas novas regras do licenciamento zero só podem funcionar se a fiscalização camarária passar a operar de uma maneira mais eficaz. Esse é o compromisso que temos todos que assumir, de dar condições à nossa fiscalização para fiscalizar melhor.

A questão das grandes superfícies, o que está não é nem mais nem menos do que esta neste momento. É exactamente o que está em vigor à cerca de 1 ano.

Optou-se, poção minha, porque pensamos em várias possibilidades, estamos numa crise desgraçada, tenho informação muito fidedignas da probabilidade de algumas superfícies médias e ou grandes em Coimbra, aproveitarem neste momento, quererem aproveitar qualquer pretexto para fecharem algumas das suas lojas.

Depois de ponderar isto, achei que devíamos manter para já o regime que há 1 ano é praticado. Sendo que, acho que posteriormente pudemos intervir aqui, não me parece que seja esta a melhor altura para mexer nisto. Provavelmente os efeitos que isto terá sobre o emprego na Cidade de Coimbra são bem mais desastrosos do que mexer noutros sentidos. Por isso, entendi eu próprio, falando com os técnicos da Câmara que a proposta iria ser de manter o que está,

neste momento, porque as condições da nossa economia não aconselham que haja neste momento mudanças.

É evidentemente que neste ponto todos podem formar a sua opinião.

Acho que é melhor termos um regulamento deste tipo em vigor que nos permite começar a fazer essa fiscalização que até agora não tínhamos condições para o fazer, do que ficar tudo como até agora. Ainda para mais num regime de licenciamento zero, onde basicamente de hoje para amanhã poderíamos ter quase toda a gente a ter que abrir até às 4 da manhã, abrir um cafezito por lá uma coisa que chamam pista de dança com duas colunas e dizer o próprio eu tenho aqui uma discoteca e portanto, posso abrir até às 4 horas sem condições nenhuma.

Se continuarmos com as regras que temos agora, no novo regime de licenciamento zero, provavelmente vai acontecer muitas coisas destas, e antes que a fiscalização da Câmara consiga ir a todos os sítios e detectar todos os abusos que estão a ocorrer vão passar se calhar meses. Por isso, acho que é importante, neste momento, que este regulamento seja aprovado, sendo que ele é um pontapé de saída, para todo um processo de alargamento de horários de restrições de horários e depois a partir daqui naturalmente que terá que acontecer consoante a maior ou menor sensibilidade dos diferentes sítios da Cidade que nós sabemos que é diferente.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Eu quero fazer um requerimento da forma de votação. Requeiro à Mesa que a votação seja nominal efectivamente para que se determine com clareza e que os Conimbricenses saibam quem defende o pequeno e médio comércio, quem assume a defesa real e concreta do pequeno e médio comércio, votando a favor ou contra este regulamento. O sentido de voto é exactamente este, para sabermos se efectivamente quem e não se escondendo atrás de quaisquer disciplina de voto, quem é que defende ou não a manutenção da abertura das grandes superfícies. Quanto ao problema concreto da abertura das grandes superfícies entre as 6 horas da manhã e as 24 horas todos os dias da semana.

Compreendo perfeitamente as lógicas calculares do senhor Presidente da Câmara, mas as ideias que nós podemos fazer, em relação à desgraça que pode acontecer se eventualmente os “Belmiros deste País” considerarem que hoje não estão em condições de manter a sua actividade, também deveremos ter em consideração, porque essa é a parte que não é vista, e que se não foi efectivamente acautelada quando permitimos e a cautela que deveríamos ter tido, ou que deveria ter tido senhor Presidente, quando se permitiu a abertura durante o dia todo, o prejuízo efectivo que causou, o número de postos de trabalho que custou ao encerramento de centenas de pequenas e médias empresas do comércio, à destruição e ao esvaziamento do comércio da Baixa, e à dificuldade cada vez mais acentuada dos pequenos e médios comerciantes de Coimbra. Esse estudo não foi feito, e essa cautela senhor Presidente, o senhor abdicou. Ter agora a preocupação só lhe fica bem, mas, inoportuna da defesa dos “Belmiros” e outros que transferem as suas sedes para o estrangeiro para fugir à tributação dos dividendos, são opções que nós naturalmente respeitamos mas contra as quais nos mantemos.

Se pretende acautelar esses efeitos téticos que antecipa, então façamos isto, retiramos este ponto do regulamento, façamos estudos em relação a efeitos e

benefícios de uma medida destas, para seriamente e não demagogicamente deliberarmos sobre uma matéria tão sensível. Porque, então aí, teríamos a oportunidade de conhecer a resposta dos pequenos e médios comerciantes que foram muito afectados por este tipo de medidas. Não sou eu que o digo, são eles que o dizem publicamente e provavelmente muitos que estão aqui sabem os efeitos que sofreram e essa cautela não foi tida.

Daí eu requeiro, e reafirmo por esta razão a votação nominal para que se saiba com toda a clareza quais os deputados que defendem a situação do privilégio das grandes superfícies em detrimento dos pequenos e médios comerciantes da Cidade.”

Intervenção do Presidente da Mesa Manuel Porto

Quanto à votação sabe-se sempre quem vota é transparente, não é secreta, aliás os grupos todos tem a liberdade toda a gente sabe quem vota.

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):

“O Senhor Presidente coloca à votação da Assembleia, se a Assembleia pretende votar ou não desta maneira”.

Intervenção do deputado municipal André Dias Pereira (PS):

“Queria aqui registar e a comunicação social está presente queria registar o seguinte:

Isto é muito importante já foi aqui salientado, pelo deputado da CDU, mas realmente está a ser uma tarde de frontalidades e de franquezas, isso é muito bom.

Saudar o senhor Presidente da Câmara, porque V. Ex.^a teve a hombridade de sinceridade e franqueza de colocar uma assinatura no seguinte:

Em Coimbra, os hipermercados abrem ao domingo à tarde, porque o senhor Presidente da Câmara assim o quer.

Portanto que seja notícia, espalha os quatro ventos, isso tem uma avaliação política. Não desmintam um facto, ao domingo à tarde nós podemos ir aos comércios com mais de 1000 m², e de acordo com o regulamento o senhor Presidente assumiu aqui, foi por vontade política do senhor Presidente que se assumiu isto. Em Coimbra temos grandes superfícies abertas por vontade política não é, como se disse há 12 meses, porque havia um poder qualquer em Lisboa, ou em definido. Não! É porque é uma vontade política que tem a sede aqui na Câmara Municipal, que quer, que os hipermercados estejam abertos ao domingo à tarde.

Há quem seja a favor, há quem seja contra, foi franco, foi honesto e por isso saúdo V. Ex.^a.

Que fique registado.”

Intervenção do Presidente da Câmara

“A minha opinião pessoal sobre a matéria de fechar ou não ao domingo à tarde ou de manhã, nem sequer a vou dar neste momento.

Porque para mim o fundamental neste momento é, e a decisão que tínhamos em cima da mesa, é faz-se um regulamento, que permita a pratica, que tem vindo a ser seguida, nos vários ramos, porque o regulamento não é feito para a grandes

superfícies, nem para os bares nem para os cafés, é feito para todos os estabelecimentos.

Faz-se um regulamento que permita aquilo que neste momento é permitido, ou restringe-se aquilo que neste momento é permitido.

Esta é a opção que temos em cima da mesa. Ou mantemos a base com que temos trabalhado no último ano ou a mudamos.

Eu entendi que a discussão, é totalmente diferente da discussão da entrada de funcionamento do licenciamento zero e que não deveríamos confundir uma coisa com outra.”

Intervenção do deputado municipal Carlos Pinto (PS):

“Sobre o licenciamento zero, penso que isso é uma falsa questão.

Quando falam sobre o horário até às 24 horas, ou até às 2 da manhã, acredito que muitas vezes os bares, encerrem às 24 horas. Mas acontece que muitas as vezes, o cliente está fora do estabelecimento até lhe apetecer, sejam 3 4 5 da manhã, pois fazem mais barulho, perturbam mais cá fora do que muitas vezes lá dentro e os estabelecimentos na realidade estão encerrados. Noutros casos muitas as vezes abrem a porta, estão fechados mas vendem a cerveja para a rua. Isto acontece na Alta de Coimbra 90%. Acontece e posso prová-lo.

E acontece porquê, aí culpo a Câmara Municipal de Coimbra, culpo a Polícia Municipal, porque não há fiscalização, haja fiscalização para se manter o respeito. Neste momento recebi duas mensagens no meu telemóvel dizendo isto: “Como é que está a correr isso, ele disse para dizer, ele tem lutado, e não consegue ter o seu sossego, não consegue dormir, refiro-me ao Engº Carlos Pinto é o dono da livraria Almedina, ele não consegue ter sossego onde habita. Tem ligado às 2, 3, 4, 5 da manhã à polícia, ele não consegue dormir na sua habitação, não é só ele há mais munícipes que se queixam, junto à sede da Junta de Freguesia de Almedina.

Por favor façam algo, nós temos que levar pessoas para a Alta, não queiram tirar o resto das pessoas que habitam na Alta, falo na Alta porque é onde eu pretendo, mas não é só na Alta é por todo o Centro da Cidade.

Façam algo por o Centro da Cidade não o deixem morrer.

Volto a dizer senhor Presidente é uma falsa questão, dizer que vão fechar os estabelecimentos às 2 horas da manhã. Haja Fiscalização!”

Intervenção do Presidente da Câmara

“De facto esta questão é uma questão delicada.

Tem razão o senhor deputado, quando diz que os problemas já se verificam neste momento principais são problemas de fiscalização e problemas de ordem pública fora dos estabelecimentos. Esse é o grande drama, e é o mais difícil de resolver.

Porque exactamente para impedir os abusos de que falou, introduziu-se pela primeira vez neste regulamento, é o artigo 11º a qual passo a ler.

“1- Os estabelecimentos abrangidos pelo presente regulamento gozam do período máximo de 30 minutos de tolerância para que possam ser concluídos os serviços prestados já iniciados, devendo contudo manter-se encerrada a porta de entrada do estabelecimento, de forma a não permitir o acesso a nenhum cliente após os limites fixados.

2-Após o período de tolerância previsto no número anterior, é proibida a permanência no seu interior de quaisquer pessoas estranhas ao mesmo. Tudo isto é instrumentos regulamentares, mas dir-me-á sem fiscalização nada disto vale, tem toda a razão e por isso, isto só pode funcionar com um sistema de fiscalização mais atento e mais eficaz.”

Foi posto à votação da Assembleia quem pretendia exercer o seu voto nominalmente.

Votos a favor - 15

Votos contra - 46

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria (35 votos a favor, 15 votos contra e 11 abstenções) e sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 21 de Junho, aprovar o **Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Restauração ou de Bebidas, de Comércio de Bens, de Prestação ou de Armazenagem no Município de Coimbra**, o qual faz parte integrante desta acta.

Ponto 12 - Regulamento de Tabela de Taxas Municipais:

Relativamente a este Regulamento Municipal:

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria (30 votos a favor e 31 abstenções) e sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 21 de Junho, aprovar o **Regulamento e Tabela de Taxas Municipais**, o qual faz parte integrante desta ata.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este processo, dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 13 - Concurso público para atribuição de direito de exploração de um estabelecimento de cafetaria/bar situado no troço poente da Praça da República:

Para este processo, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara datada de 21 de Junho 2012 aprovar o Concurso público para atribuição de direito de exploração de um estabelecimento de cafetaria/bar situado no troço poente da Praça da República.

Ponto 14 - Associação Coimbra Região Digital:

Para o processo mencionado em epigrafe a Assembleia Municipal deliberou, por maioria (46 votos a favor e 14 abstenções) e sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 18 de Junho, autorizar a Câmara Municipal de Coimbra a proceder à dissolução da Associação Coimbra Região Digital.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 15 - Aquisição da participação social detida pela CoimbraVita – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A. no Coimbra Inovação Parque – Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, S.A.:

Relativamente a este processo a Assembleia Municipal deliberou, por maioria (43 votos a favor e 17 abstenções) e sob proposta da Câmara Municipal

aprovada em 18 de Junho, autorizar, nos termos da alínea l) do nº2 do artigo 53º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, alterada pelas leis nos.5-A/2002, de 11 de janeiro, e 67/2007, de 31 de dezembro, a Câmara Municipal de Coimbra a adquirir a participação social da CoimbraVita no IParque, pelo valor de 145.545,00 euros, correspondente a 29.109 acções.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 16 - Contrato de prestação de serviços de vigilância e segurança de instalações municipais – autorização de compromisso plurianual:

Para o processo mencionado em epígrafe, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 18 de Junho do mesmo ano, foi deliberou por unanimidade, autorizar a assunção do encargo para 2013 resultante da prorrogação do contrato celebrado em 07-12-2010 com a empresa A.S.F. – Sociedade de Serviços de Vigilância e Alarmes Lda., e precedido de concurso público, para a prestação de serviços de vigilância e segurança de instalações municipais, como dispõe o artigo 6º, n.º 1 alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, até ao limite máximo de € 200.292,20 acrescido de IVA e eventual atualização de preços (prevista contratualmente).

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 17 - Distinções Honoríficas.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Cruz:

Venho aqui expressar a minha discordância em relação à atribuição da Medalha de Ouro da Cidade à Brigada de Intervenção. Porquê?

É uma instituição muito recente ainda, por outro lado já mudou não sei quantas vezes de nome.

Aqui esta medalha é atribuída à Brigada de Intervenção e o que está para antes do que ela foi instalada não com aquele nome mas em Coimbra.

Daqui a meia dúzia de meses 1 ano ou 2 vai mudar de nome, como é que fica diga a atribuição desta medalha a essa mesma instituição.

Penso que, aquilo que a Brigada de Intervenção tem feito é alguma coisa, é certo, mas não, talvez a merecer, na minha perspectiva, a Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra.

Permite lá um Chá Dançante, permite lá um Baile de Gala, é um armazém dos carros da Queima normalmente quando estão a ser feitos, e fazem lá a recolha, e mais alguns eventos que efectivamente a própria Brigada tem colaborado com outras instituições e com a Cidade de Coimbra.

Penso que, independentemente, de alguma razão, quando foi da atribuição julgo na minha opinião, não deveria ser atribuída a medalha a esta brigada.

Pergunto, alguns aquartelamentos que estiveram aqui com muita história na Cidade de Coimbra, estiveram aqui presentes ninguém se lembrou deles, as próprias polícias dentro restantes da cidade de Coimbra e a própria Câmara Municipal, penso que a própria Câmara deveria atribuir a ela própria a Medalha de Ouro da Cidade.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“Venho aqui congratular-me com a proposta do senhor vereador José Belo no que diz respeito à atribuição da Medalha de Ouro da Cidade à Associação Académica de Coimbra, Organismo Autónomo de Futebol.

Como dirigente desta digna instituição, penso que Coimbra ganhou imenso o próprio documento assim o espelha.

Dr. José Belo foi um veterano da Académica, não é por acaso, que ele faz as considerações que faz na apreciação do documento.

Dizer que de facto, com muito mérito e com muito orgulho, que em nome da Associação Académica de Coimbra, enquanto dirigente vamos receber esta medalha. Muito obriga do por isso.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Só quero fazer uma sugestão à Mesa e por seu intermédio à Câmara.

É que a medalha de Ouro para ser entregue, ao Organismo Autónomo de Futebol da OAC, seja recebida pelo Presidente da Associação Académica de Coimbra, e não por um presidente de um qualquer dos seus organismos autónomo.

É a proposta concreta que faço.”

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):

“Em primeiro lugar em relação a esta proposta de distinção honorífica à Associação Académica de Coimbra, Organismo Autónomo de Futebol, queria apenas dizer que me revejo inteiramente as palavras do vice-presidente Carlos Clemente, queria só acrescentar dois pontos:

1-Foi com muito gosto que eu vi esta distinção por parte do Executivo.

2-Valorizar aquele que foi o apoio efectivo do Executivo à equipa no momento anterior ao final da taça e o momento que nos proporcionaram também ao receber aqui toda a equipa e toda a equipe técnica nesse mesmo dia.

Gostaria de deixar aqui uma nota: Há aqui um lapso no documento escrito.

A vitória da taça de Portugal foi no dia 20 e não no dia 22, é só um pormenor que fique para registo.

Aproveito a intervenção do meu colega deputado da CDU, para não me rever minimamente não falo pela bancada do PS, falo em meu nome pessoal, enquanto deputado municipal que sou, e entendo que a proposta tenha sido feita, exclusivamente por desconhecimento. Mas eu vou clarificar, foi por desconhecimento da Associação Académica.

Portanto, a Associação Académica de Coimbra, é uma instituição com 124 anos de existência, uma instituição que tem secções desportivas, secções culturais e organismos autónomos que não são parte integrante daquilo que é a matriz da Associação Académica de Coimbra.

Portanto o Organismo Autónomo de Futebol tem uma contabilidade própria, tem uma direcção própria, ao contrário das suas secções desportivas e culturais que a Associação Académica de Coimbra tem.

Independentemente das motivações que cada um possam ter na forma como o fez, quem ganhou esta taça de Portugal foi esta direcção cujo o Presidente é o Engº José Eduardo Simões e que deve estar acompanhado, e bem, e espero que a proposta deva estar também pelo Presidente da Direcção Geral.

Eu não me revejo minimamente enquanto deputado municipal que não seja entregue esta medalha ao Presidente da Direcção do Organismo Autónomo de Futebol.”

Intervenção do Presidente da Assembleia:

“Concordo inteiramente com as duas propostas, sou sócio da Académica há mais de meio século, o impacto como terá a vitória de Portugal do euro é um impacto, mais ninguém pode ter, e o impacto da vitória da Académica é extraordinário. Não interpretem a mal o que vou dizer.

Tive votos de parabéns de Macau aos Estados Unidos de pessoas que estavam lá, a promoção da Cidade foi enorme com essa vitória.”

Intervenção do Presidente da Câmara

“Vou só fazer uma brevíssima intervenção sobre a proposta de atribuição à Brigada de Intervenção da medalha de Ouro da Cidade.

Queria só chamar a atenção disto.

O que se celebra com esta atribuição da medalha, se ela vier a ser votada pelos senhores deputados, é fundamentalmente esta ligação de Instituição Militar a Coimbra que hoje passa por esta Brigada.

Queria que todos os que aqui estão nesta sala e vão votar não se esquecessem que as Forças Armadas passa por um período de grande conturbação, com unidades a serem fechadas, outras a serem abertas, é verdade, não é só nas forças armadas.

Julgo que estrategicamente importante para Coimbra celebrar esta ligação à Brigada de Intervenção atribuindo esta medalha, porque, no fim no meio de tudo o que aí anda, isso é um sinal de estabilidade, que nós próprios devemos dar.

É por isso, que essa proposta foi feita ao executivo foi aprovado por unanimidade, e com intervenção de todas as bancadas no executivo e é por isso que ela vem aqui.

Acho que era significativo que ela também aqui pudesse ser aprovado por unanimidade.

Intervenção da deputada municipal Olinda Rio (Por Coimbra):

“O Presidente da Câmara já entrevistou a este respeito. E embora eu não tenha estudado as razões que subjazem à atribuição desta medalha à Brigada Ligeira de Intervenção, não posso deixar passar alguma coisa a este respeito porque tenho uma experiência com a Brigada que é de cidadania, de ligação destes homens e destas mulheres à Cidade.

Para além de tudo o que eu acho que deve ser o respeito por uma Instituição deste género, eu até já escrevi no jornal que é uma arrogância geracional pensarmos que a paz, a segurança e o bem estar que temos hoje é algo adquirido. Precisamos de redefinir prioridades, e não só as políticas e os modelos sociais mas também a estratégica de defesa, nomeadamente e valorizando a qualidade, a competência, a seriedade e o sentido de missão que são sobejamente reconhecidos à nossa defesa nacional através das suas Forças armadas.

Portanto, quero deixar aqui uma palavra de apreço para uma Instituição que inequivocamente honra a nossa Cidade.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais:

“A Associação Académica é autónoma e Secção de Futebol desde 1962. Depois, em 1974 alguém da terra queimada tentou matá-la. Nasceu o Académico herdeiro judicial da parte que lhe cabia como secção autónoma da Associação Académica de Coimbra.

A partir de agora é Associação Académica de Coimbra mas continua autónoma, por conseguinte só reconheço a Direcção actual como sendo a sua verdadeira direcção, seja ela quem for é a direcção actual que esta na secção de futebol que não tem nada a ver com a outra Associação Académica de Coimbra, foi a sua mãe, poderá continuar a merecer ter o seu filho na secção de futebol mas para isso que se une vontades e que haja realmente vontade única.”

Intervenção do deputado municipal André Dias Pereira (PS):

“Em nome do Partido Socialista, também o PS saúda a Instituição Militar e reconhece o papel meritório na Brigada de Intervenção na Cidade.”

Assim, passou-se à votação:

A Assembleia Municipal deliberou por maioria (56 votos a favor, 1 voto contra e 3 abstenções) sob proposta da Câmara datada de 18 de Junho, aprovar a atribuição da **Medalha de Ouro da Cidade à Brigada de Intervenção**.

Do mesmo modo, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e aclamação sob proposta da Câmara datada de 18 de Junho aprovar a atribuição da **Medalha de Ouro à Associação Académica de Coimbra Organismo Autónomo de Futebol**.

E sendo 19 horas o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.